

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

**THIAGO APARECIDO ARANHA DOS SANTOS**

**VIOLÊNCIA ECONÔMICA E EXTRA ECONÔMICA: Uma  
análise das violências contra travestis e transexuais na  
Cidade de São Paulo**

**MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**SÃO PAULO**

**2023**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PUC-SP**

**THIAGO APARECIDO ARANHA DOS SANTOS**

**VIOLÊNCIA ECONÔMICA E EXTRA ECONÔMICA: Uma  
análise das violências contra travestis e transexuais na  
Cidade de São Paulo**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Professora Doutora Maria Lúcia Silva Barroco.

**SÃO PAULO**

**2023**

**SANTOS, Thiago Aparecido Aranha dos**

**Violência Econômica e Extra Econômica: Uma Análise das violências contra travestis e transexuais na Cidade de São Paulo. Thiago Aparecido Aranha dos Santos; Orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Lucia Silva Barroco.**

**São Paulo: PUC-SP, 2023. p. 104.**

**Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduandos em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).**

**1. Violência Econômica 2. Violência Extra Econômica: Gênero, Diversidade e Divisão sexual do trabalho 3. Os Caminhos da pesquisa.**

**Banca Examinadora:**

---

**Dra Maria Lúcia Silva Barroco**

---

**Dra Andreia Agda Silva Honorato**

---

**Dra Maria Beatriz Costa Abramides**

**São Paulo, 27/06/2023**

**Avaliação: APROVADO**

### **Trava Formada**

Juro que em cada esquina, tenho medo de virar Pois a última que virei, eles  
tentaram me matar. Disse que não me amava, não me via na tv,  
Que eu era muito trava e só queria me bater. Levantou a mão bateu, o ferro  
logo puxou dois tiros foi disparado... Pá, Pá...

Mais uma trava que ele matou.

A polícia inocenta quem arranca coração, Travesti não está segura, nem na  
igreja nem no busão.

É por isso que eu falo, só enxergo a maldade, nasça com seu corpo cis, e  
conheça a liberdade

Ae deus, desculpa eu te ligar essa hora, é que eu fui expulsa da sua casa  
agora

Descobriram que sou travesti e me mandaram embora e agora?

É que eu to cansada deus, desse evangelho ultrapassado

Que santifica os indemoniados e condena... puta, maconheiro, macumbeiro e  
viado.

**(Bixarte, Slam Resistência)**

*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)*

*Aos meus amores de  
sempre Domingas e  
Edijalma pela força e  
apoio!*

*Às mulheres Travestis e  
Transexuais, pela garra,  
luta e sobrevivência em  
um país tão violento.*

## AGRADECIMENTOS

*Quando a noite parece eterna  
e o frio nos quebra a alma.  
Quando a vida se perde por nada  
e o futuro não passa de uma promessa.  
Nos perguntamos: vale a pena?*

*Quando a classe parece morta  
e a luta é só uma lembrança.  
Quando os amigos e as amigas se vão  
e os abraços se fazem distância.  
Nos perguntamos: Vale a pena?*

*Quando a história se torna farsa  
e outubro não é mais que um mês.  
Quando a memória já nos falta  
e maio se transforma em festa.  
Nos perguntamos: vale a pena?*

*Mas, quando entre camaradas nos encontramos  
e ousamos sonhar futuros.  
Quando a teoria nos aclara a vista  
e com o povo, ombro a ombro, marchamos.  
Respondemos: vale a pena viver,  
quando se é comunista.*

**Mauro Iasi**

Durante esse período de formação, esse caminhar que foi construído cotidianamente há muito o que agradecer. Tantas pessoas fizeram parte, e parte muito significativa desse percurso, cito aqui a vida em seu mais completo contexto, seja na esfera particular, acadêmica, profissional e cito todas essas, pois percebo que tudo se entrelaça para o mais perfeito caminhar.

Todo esse caminhar, confesso que não é um processo simples, mas os amigos, irmãos, companheiros e pessoas que fazem parte de nosso cotidiano facilita e nos auxiliam no percurso dessa jornada. São muitos que de algum modo tem especial significado quando paro para recordar a trajetória acadêmica. Pensar nesse caminhar me leva às diversas experiências que um pesquisador passa até a chegada desse momento. São experiências de abraços, choros, amizades, alegrias, construção de vínculos e por que não citar também as experiências de ansiedades, preocupações e outras coisas mais que nos prepara e amadurecem nesse caminhar.

Assim, agradeço primeiramente aos meus pais Edijalma dos Santos e Domingas Almeida Aranha dos Santos pela confiança, respeito, apoio e por ensinar-me que simplicidade e dignidade movem a vida no seu sentido mais perfeito. Só posso dizer que amo vocês eternamente.

A minha irmã Renata e os irmãos Leandro e Wagner que sempre me fizeram entender o significado da palavra segurança, mostrando-me que sempre estiveram disponíveis em qualquer ocasião para o que fosse preciso e apoiando todo esse caminhar.

Ao querido Adeildo, “ meu amorzinho” por tantos momentos de reflexão, carinhos, alegrias que nos permitiu amadurecer vivências e aflorar sentimentos cada vez maiores. Agradeço muito pela confiança e amor que sempre alimenta nossos laços.

Para além do agradecimento, às minhas sobrinhas Nicole e Manuela, faço questão de dedicar este trabalho ao meu sobrinho Gael, que numa passagem breve e marcante, chegou e nos deixou durante esse percurso, a saudade ainda dói. Foi uma ligação tão forte e com tanto afeto que não consigo medir o tamanho. O tio vai te amar para sempre.

As amigas Bruna, Roseleide, Márcia, Neusiane, que tantas vezes participaram das angústias, dores, alegrias e encontros, obrigado pela paciência e “força”, para me aguentarem durante todo esse caminhar.

Também agradeço às amigas e aos amigos que a PUC-SP me deu nesse caminhar e que sei que a partir de agora estarão comigo para vida toda: André, Anne, Roseane, Mayara, Jú Brito, Eleuza, Daniel, Hans, Itamar, Jú Scabello, Kelly, Lucila, Paula, Ketinho e muitos outros, que foram companheira/os na acolhida, segurança, confidências às vezes tão íntimas e tão nossas, pelos diálogos franco, abertos, sem preconceitos e pudores que construímos em nossas tardes entre uma aula e outra no nosso famoso “tradição” em tantos momentos. Com vocês essa trajetória se tornou mais doce, suave e amistosa.

Agradeço imensamente ao André Misaka, que foi fundamental no meu ingresso no programa, com tantas partilhas desde antes do início desse percurso e que se é um companheiro de vida que alimenta essa amizade com tanto afeto nos papos boêmios e acadêmicos. Obrigado por tudo, pela confiança, ajuda em momentos mais tensos e pela partilha do saber.

À Jucicleide, minha coordenadora de trabalho no Serviço de Assistência Social às Famílias - SASF, em parceria com a Prefeitura da Cidade de São Paulo, que sempre apoiou e compreendeu minhas ausências para cursar as aulas, meu muito obrigado pela confiança e respeito.

Um agradecimento especial a minha querida orientadora Professora Doutora Maria Lúcia Silva Barroco, pelo imenso respeito com o meu tempo de pesquisa, com a paciência e o seu saber soube me movimentar e instigar na busca de novos caminhos. Que durante esse processo soube instigar o processo crítico, que a pesquisa nos faz trilhar. Agradeço muito pelas preciosas reflexões, principalmente por acolher aquilo que foi uma ideia de pesquisa e hoje se concretiza nesta dissertação.

Também quero evidenciar meu sincero agradecimento às Professoras Maria Beatriz Costa Abramides, Andréia Agda Silva Honorato pelas disponibilidades e contribuições no exame de qualificação, pelo respeito e por proporcionarem a oportunidade da partilha do saber.

Agradecer ainda, a Doutora Anabella Pavão que com muito carinho aceitou o convite em participar da banca de avaliação desta pesquisa, e que em seu cotidiano apresenta contribuições mais do que necessárias ao debate aqui proposto.

Meus agradecimentos aos professores do PPGSS- Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC São Paulo, especialmente às professoras Maria Lúcia Martinelli, Rosangela Paz, Carmelita Yazbek e Carola Arregui, que tanto vem contribuindo para a nossa formação, obrigado pela acolhida e por todo processo de construção do conhecimento com tanto afeto e respeito.

Não posso deixar de lembrar e deixar um agradecimento especial à querida professora Dirce Koga, pela sensibilidade, dedicação e compromisso com a pesquisa acadêmica. Obrigado pelas sempre valiosas contribuições, desde o início, durante a seleção para ingresso no programa.

Minha imensa gratidão a Andréia, secretária do programa, que tanto me auxiliou nos processos e burocracias acadêmicas, pela sempre pronta disponibilidade.

Um agradecimento mais que especial ao Centro de Acolhida Especial - CAE Florescer, a Casa de Apoio Brenda Lee e as sujeitas dessa pesquisa pela confiança. Meu mais sincero obrigado, sem vocês essa pesquisa não existiria.

Agradeço ainda, imensamente à agência de fomento à pesquisa CAPES, pelo financiamento de parte desta pesquisa.

## RESUMO

Título: Violência Econômica e Extra Econômica: Uma Análise de Violências contra Travestis e Transexuais na Cidade de São Paulo.

Autor: Thiago Aparecido Aranha dos Santos

O presente trabalho analisa a violência em seu contexto mais econômico e extra econômico e como isso interfere cotidianamente na sociabilidade das sujeitas. Para a realização desta pesquisa, tomamos por referência a cidade de São Paulo, mais especificamente a região central onde foi instalado o primeiro centro de acolhida especial para mulheres transexuais pela secretaria municipal de assistência e desenvolvimento social - SMADS. Os caminhos desta pesquisa foram percorridos com base qualitativa, e sob metodologia de grupo focal como fonte privilegiada que é usada para se desenvolver por meio da comunicação e interação dos grupos, evidenciando assim a coleta de dados e das informações que se fazem necessárias. Neste sentido, informamos que o grupo focal nesta pesquisa, se desenvolve a partir das trajetórias de 5 mulheres transexuais, no período de acolhimento na casa florescer e que tem suas vidas marcadas pela violência econômica que é gerada no sistema capitalista excludente e aqui apresentado através da busca pela proteção social, bem como, centralizam suas histórias nesse espaço social. Violências essas, vividas que trazem a marca da luta como processo contínuo de reprodução da vida na cidade de São Paulo. É nesse processo que realizamos um diálogo entre o contexto mais econômico da violência e o acúmulo teórico desenvolvido nessa pesquisa.

Palavras Chaves: Violência econômica, Travestis, Transexuais e Serviço Social.

## **ABSTRACT**

Title: Structural Violence: An Analysis of Violence against Transvestites and Transsexuals in São Paulo City.

Author: Thiago Aparecido Aranha dos Santos

The present work analyzes violence in its most structural context and how it interferes in the daily sociability of the subjects. To carry out this research, we took the city of São Paulo as a reference, more specifically the central region where the first special reception center for transgender women was installed by the municipal secretary of assistance and social development - SMADS. The paths of this research were covered on a qualitative basis, and under focus group methodology as a privileged source that is used to develop through the communication and interaction of the groups, thus evidencing the collection of data and information that are necessary. In this sense, we inform that the focus group in this research, develops from the trajectories of 5 transsexual women, in the period of reception in the Florescer house and that have their lives marked by the structural violence that is generated in the exclusionary capitalist system and presented here through the search for social protection, as well as centralize their stories in this social space. Violence these, experienced that bear the mark of struggle as a continuous process of reproduction of life in the city of São Paulo. It is in this process that we carry out a dialogue between the more structural context of violence and the theoretical accumulation developed in this research.

**KEYWORDS:** Structural violence, Transvestites, Transsexuals and Social Work.

## LISTA DE FOTOS

Foto 1	Manifestação do Centro de Apoio e Inclusão Social de Travestis e Transexuais .....	19
Foto 2	Luta contra violência de mulheres trans.....	26
Foto 3	Amanda Marfree, vítima de violência extra econômica..	42
Foto 4	Brenda Lee- primeira casa de apoio em SP.....	68

## LISTA DE GRÁFICOS

Foto 1	Como se identificam?.....	20
Foto 2	Compreensão de Direitos Humanos.....	24
Foto 3	Transfobia no Cotidiano.....	39
Foto 4	Vítima de racismo?.....	44
Foto 5	Contato com familiares? .....	46
Foto 5	Estado Civil.....	47
Foto 7	Vínculo de trabalho .....	53
Foto 8	Raça e Cor – IBGE.....	59
Foto 9	Perfil de vítimas.....	63
Foto 10	Idades.....	65
Foto 11	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	79
Foto 12	O que representa o Centro de Acolhida? .....	88
Foto 13	Região de origem.....	90
Foto 14	Média de renda.....	90
Foto 15	Escolaridade.....	91
Foto 16	O que representa o Centro de Acolhida? .....	92
Foto 17	O que te trouxe a São Paulo?.....	92
Foto 18	O que Encontrou em São Paulo .....	92
Foto 19	Tempo em Centro de Acolhida.....	93
Foto 18	O Significado das Ruas.....	96
Foto 19	Acesso a Políticas Públicas.....	97

## LISTA DE SIGLAS

ASTRAL	Associação de Travestis e Liberados
CAE	Centro de Acolhida Especial para Mulheres
CAPES Superior	Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual, Pan Sexual, Não Binário e demais
ONU	Organização das Nações Unidas
PLAS	Plano de Assistência Social
PUC SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SASF	Serviço de Assistência Social à Família no Domicílio

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	<b>12</b>
<i>Abstract</i> .....	13
<b>LISTAS</b> .....	<b>14</b>
<i>Lista de Fotos</i> .....	14
<i>Lista de Gráficos</i> .....	15
<i>Lista de Siglas</i> .....	16
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>1. O TECER DA VIOLÊNCIA ECONÔMICA</b> .....	<b>25</b>
1.1. <i>O que é a Violência?</i> .....	25
1.2. <i>A violência Econômica: Uma Aproximação aos modos de Pensar e Violência</i> .....	32
1.2. <i>A violência Estrutural no Brasil: Resultante da Violência Econômica</i> .....	36
<b>2. NAS TRAMAS DA VIOLÊNCIA EXTRA ECONÔMICA</b> .....	<b>41</b>
2.1. <i>Gênero e Diversidade Sexual</i> .....	42
2.2. <i>Questão Social e Gênero</i> .....	45
2.3. <i>Embates da Divisão Sexual do Trabalho e a Exploração no Mundo do Trabalho</i> .....	54
2.4. <i>Violência de Gênero e a LGBTQIAPN+Fobia no Brasil</i> .....	60
<b>3. OS CAMINHOS DA PESQUISA: Entre o Universo e as perspectivas, o sujeito como central</b> .....	<b>67</b>
3.1. <i>UM LUGAR PARA CHAMAR DE SEU: A Caracterização do Universo Pesquisado: CAE e Brenda Lee</i> .....	80
3.2. <i>“EU SÓ QUERIA SOBREVIVER COM DIGNIDADE EM SÃO PAULO” Os achados da pesquisa a partir das respostas das sujeitas pesquisadas</i> .....	89
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>94</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>100</b>

## INTRODUÇÃO

*“Há aqueles que lutam um dia;  
e por isso são muito bons;  
Há aqueles que lutam muitos dias;  
e por isso são muito bons;  
Há aqueles que lutam anos;  
e são melhores ainda;  
Porém há aqueles que lutam toda a vida;  
Esses são os imprescindíveis.”*

*Bertold Brecht*



<sup>1</sup>Foto 1: Manifestação do Centro de Apoio e Inclusão Social de Travestis e Transexuais em repúdio a agressão que aconteceu durante marcha para paz.

---

<sup>1</sup> [Centro de Apoio e Inclusão Social de Travestis e Transexuais repudia agressão que aconteceu durante marcha para paz – Agência AIDS \(agenciaaids.com.br\)](http://agenciaaids.com.br)

Pensar sobre essa introdução para mim é cheia de significados pois nos faz refletir sobre o percurso até aqui desenvolvido. O caminho desta pesquisa posso dizer que se inicia muito antes do ambiente acadêmico aqui percorrido e está para além da escolha de uma temática, dos objetivos, e da quantidade de vezes que precisamos pensar e repensar o projeto de pesquisa.

Esta pesquisa, portanto, vai levar em consideração diversos fatores e que serão apresentados a partir das inquietudes e indagações desse pesquisador que traz em sua análise a perspectiva de sujeito ativista dos movimentos LGBTQIA+<sup>2</sup> entrelaçada ainda com o sujeito pesquisador enquanto profissional do Serviço Social.

É nesse sentido e por meio dessa relação de ativista e profissional que vai se construindo o interesse em pesquisar o movimento trans e a

---

<sup>2</sup> A sigla **LGBTQIA+** reúne orientações sexuais, ou seja, por quem cada pessoa se sente sexual e afetivamente atraída e identidades de gênero que é como a pessoa se identifica. Representam: **Lésbicas**, mulheres (cisgênero ou transgênero) que se sentem atraídas afetiva e sexualmente por outras mulheres (também cis ou trans).

**Gay** é a orientação sexual de homens (cisgênero ou transgênero) que se sentem atraídos por outros homens (também cis ou trans).

**Bissexuais**, Bissexualidade também é uma orientação sexual; bissexuais são pessoas que se relacionam afetiva e sexualmente tanto com homens quanto com mulheres (inclusive homens e mulheres transgênero, que também podem ser bissexuais).

**Transexuais ou travestis** é um conceito relacionado à identidade de gênero e não à sexualidade. Pessoas transexuais não se identificam com o gênero biológico. Vale ressaltar ainda que as travestis, são mulheres trans que preferem ser chamadas dessa maneira por motivos políticos, de resistência, luta e ação.

**Queer**, é um termo em inglês, que pode ser traduzido como "estranho", é usado para designar as pessoas que não se identificam como sendo 100% homem ou 100% mulher, mas se veem como sendo de um terceiro gênero, fluido/andrógino, com característica masculinas e femininas.

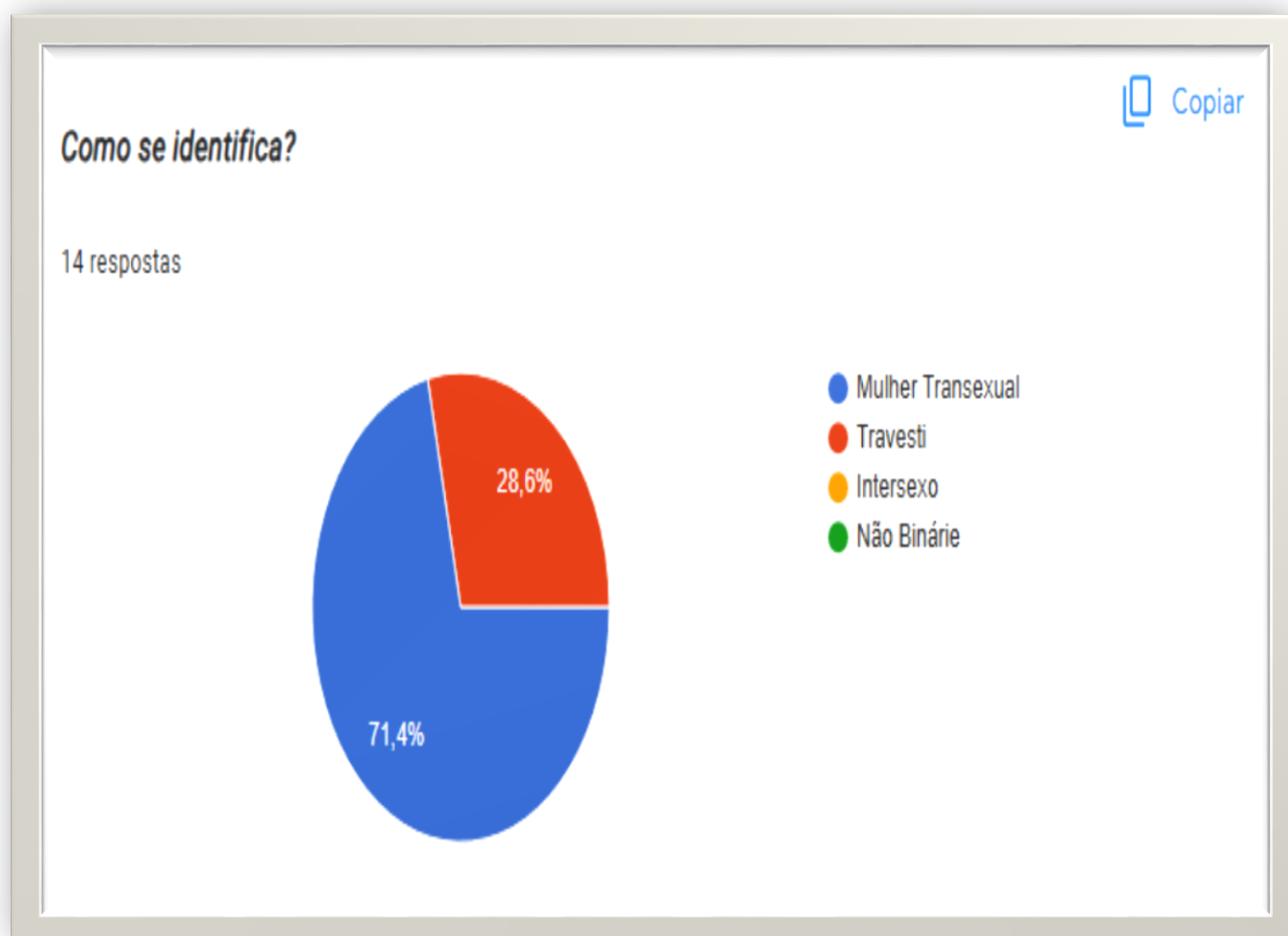
**Intersexo**, descreve as pessoas que podem nascer com genitais correspondentes a um sexo, mas ter o sistema reprodutivo e os hormônios do outro.

**Assexual**, são as pessoas que não sentem atração sexual, seja pelo sexo oposto ou pelo mesmo sexo, o que não significa que não possam desenvolver sentimentos amorosos e afetivos por outras pessoas.

**+**: demais orientações sexuais e identidades de gênero.

questão das violências ao longo de minha trajetória de vida e confirmando-se em inquietações na dimensão cotidiana profissional.

Sobre os dados que serão apresentados no decorrer dessa pesquisa, e após uma breve contextualização sobre a sigla LGBTQIAPN+, nessa dissertação levaremos em consideração a população de travestis e transexuais, pois como observamos no quadro abaixo, 71,4% das pessoas pesquisadas se identificam como mulher transexual e 28,6% se identificam com travestis.



ARANHA, 2023. *Violência Econômica e Extra Econômica: Uma análise das violências contra Travestis e Transexuais na Cidade de São Paulo.*

Pensando ainda no objeto desta pesquisa, vale ressaltar que no dia 15 de maio de 1992 era fundada no Rio de Janeiro, a primeira instituição de luta pelos direitos trans no Brasil, a ASTRAL – Associação de Travestis e Liberados. De lá pra cá, muita coisa mudou, exceto os principais objetivos da luta das pessoas trans politicamente mobilizadas: o enfrentamento da

violência e dos assassinatos, inclusive aqueles cometidos por agentes do estado nas operações policiais da época.

Importante ressaltar que no ano em que o movimento trans completa 30 anos de existência, com algumas conquistas e muitos desafios, vemos a cada ano o acirramento da situação extremamente preocupante que travestis e as pessoas trans vivenciam em relação a garantia de direitos humanos, à falta de segurança, o uso político da identidade trans na tentativa de criminalizar existências e os casos assustadores de assassinatos que corroboram com o funcionamento e a manutenção do projeto cissexista<sup>3</sup> arquitetado para aniquilar tais existências, e do quanto a violência segue sendo a principal ferramenta na tentativa de extinguir qualquer traço de dissidência as regras de gênero centradas no heteroterrorismo<sup>4</sup> (BENTO, 2011) e na cisnormatividade<sup>5</sup> (VERGUEIRO, 2014).

Vale ainda ressaltar que a conjuntura atual, em sua perspectiva política que sob a gestão da extrema direita com o (des) governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, chegamos a 2020 com uma grande pandemia de Coronavírus que modificou drasticamente nossos modos possíveis de habitar as coletividades.

No início, sem saber ainda muito bem o que viria, esperamos passar rapidamente por uma quarentena que de semana em semana foi se

---

<sup>3</sup> **Cissexismo**: é a desconsideração da existência das pessoas trans na sociedade. É o apagamento de pessoas trans politicamente por meio da negação das necessidades específicas dessas pessoas. O projeto cissexista deixa em evidência a proibição de acesso aos banheiros públicos, a exigência de um laudo médico para as pessoas trans existirem, ou seja, o gênero das pessoas trans necessita de legitimação médica para existir. É a negação de status jurídico impossibilitando a existência civil e social em documentos oficiais.

<sup>4</sup> O **heteroterrorismo** permeia, primeiramente, todo o ambiente domiciliar, desde o momento em que o gênero de uma pessoa é anunciado e se começa a ser reforçadas expressões como: "isso é coisa de menina" ou "meninos não choram".

<sup>5</sup> **Cisnormatividade** é uma norma silenciosa, sutil e principalmente não nomeada, não descrita em nenhum espaço, mas que atua como ponto base para a padronização dos corpos, um modelo estrutural e colonizador que discursivamente mantém a cisgeneridade como normal/natural na compreensão de corporalidades/subjetividades.

estendendo por quase dois anos. Como esperado, as formas de gestão do risco e as proposições sanitárias por parte do (des) governo foram as piores possíveis. Negacionismo somado com perseguição explícita à ciência foram ingredientes elementares para tornar o Brasil o epicentro da contaminação. “Bem-vindo ao Estado Suicidário” é um texto escrito por Vladimir Safatle que pensa sobre como a gestão da Pandemia radicaliza no Brasil de Bolsonaro a gestão da morte (de algumas pessoas: Pobres, Pretos, indígenas e LGBTs que compõem a classe trabalhadora) como produto central da política.

Pensando então no ano de 2022 o Brasil segue pelo 14º ano consecutivo de acordo com a última atualização da ONG Transgender Europe<sup>6</sup>, publicado em novembro de 2021, como o país que mais mata pessoas trans e ao mesmo tempo permanece no topo do ranking dos países que mais consome pornografia trans<sup>7</sup>.

Nesse sentido, podemos observar que a realidade brasileira é que pessoas trans mais especificamente nesta pesquisa, as mulheres trans não tem a atenção ou a proteção adequada e tampouco se sentem seguras em existir e viver em uma sociedade cissexista, na qual conforme vimos anteriormente desconsidera e desumaniza essas existências, produzindo e reproduzindo seu apagamento desde de suas formas mais sutis até os crimes de ódio que veremos em diversos momentos durante o desenvolvimento desta pesquisa incluindo os requintes de crueldade. Se observarmos sob determinadas óticas podemos afirmar que o próprio Estado, governos e agentes públicos têm sido parte dessa problemática e através disso se faz urgente utilizar de mecanismos que tenham como objetivo o fortalecimento pela garantia dos direitos das pessoas LGBTQIA+ e a proteção incondicional dos Direitos Humanos, pensando assim na garantia da sobrevivência da população trans.

---

<sup>6</sup> [Brasil é Líder Mundial De Assassinatos Trans Pelo 14º Ano \(revistahibrida.com.br\)](https://revistahibrida.com.br)

<sup>7</sup> [Brasil foi o país que mais procurou pornografia trans em 2022, segundo Pornhub \(gay.blog.br\)](https://gay.blog.br)

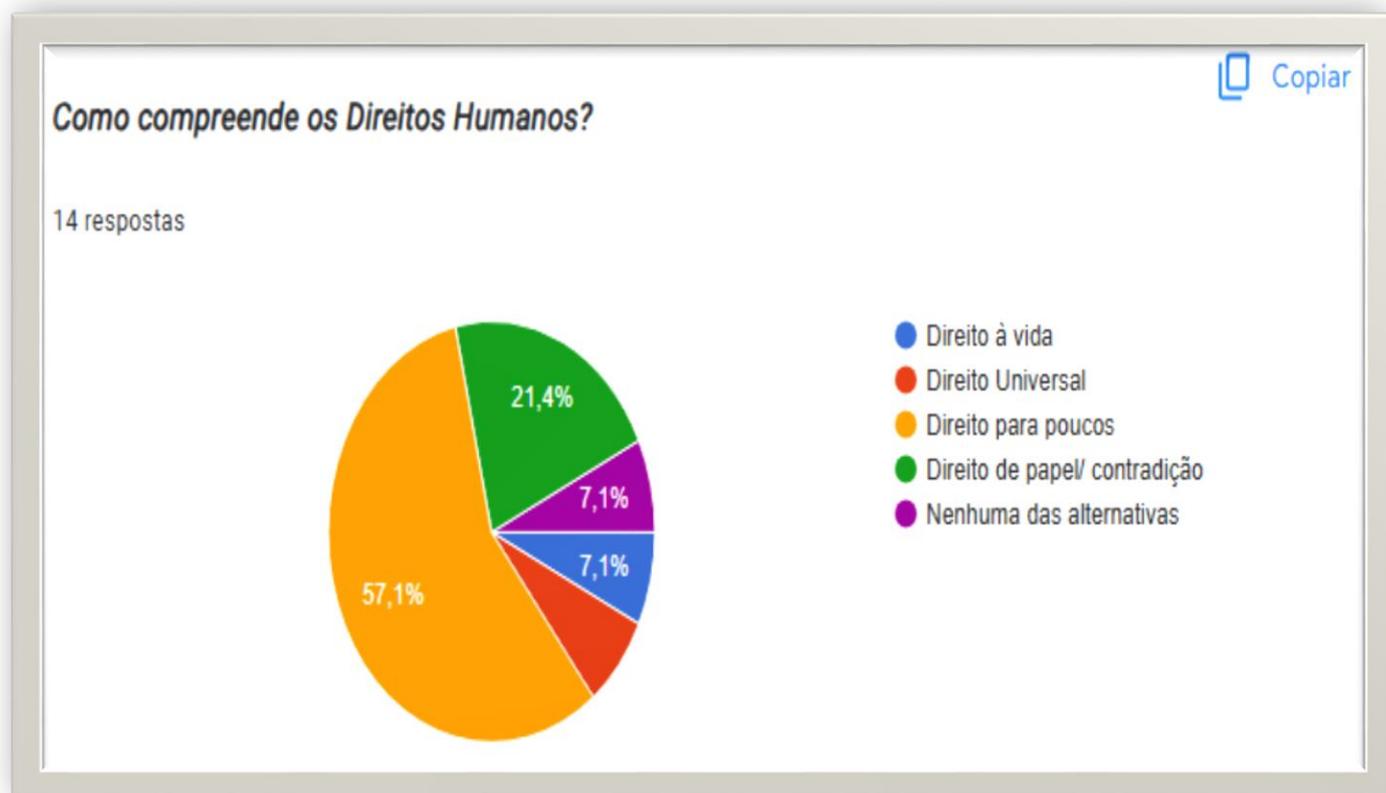
É nessa perspectiva que essa pesquisa assume a defesa pelos Direitos Humanos e nesse sentido precisamos caracterizar e contextualizar a respeito dos Direitos Humanos situando sua inserção contraditória na sociedade burguesa e sua relevância nas lutas de resistência ao avanço das práticas neoconservadoras e fascistas (BARROCO 2020).

Em suma, os Direitos Humanos é composto por um conjunto de garantias e liberdades que são inerentes a todas as pessoas, independentemente de sua condição social, cultural, econômica ou política. Esses direitos são universais, indivisíveis e interdependentes, e são reconhecidos pela comunidade internacional como um dos pilares da dignidade humana. Pensando nesse contexto, podemos afirmar que os Direitos Humanos são fundamentais para a construção de uma sociedade justa e igualitária, e devem ser protegidos e promovidos por todos. A luta pelos Direitos Humanos é uma luta constante, e é importante que sejamos todos conscientes e ativos nessa luta. Além disso, os governos e as organizações internacionais também têm um papel fundamental na proteção e promoção dos Direitos Humanos. Os governos devem garantir que suas leis e políticas estejam em conformidade com as normas internacionais de Direitos Humanos e devem tomar medidas para prevenir e punir violações dos Direitos Humanos em cada território. Podemos citar ainda, organizações internacionais, como a ONU, que têm um papel crucial em monitorar e denunciar violações dos Direitos Humanos em todo o mundo e devem pressionar os governos a agirem de acordo com as normas internacionais de Direitos Humanos.

Nesse sentido, a inserção social dos DH é parte dos avanços proporcionados pela ruptura moderna com as relações feudais. Ao mesmo tempo, participando das contradições inerentes à sociedade burguesa, os DF contribuem simultaneamente para a reprodução de formas ideológicas de dominação burguesa e para a sua oposição e resistência, articulando-se, ao mesmo tempo, às formas jurídicas e político-ideológicas do Estado, e

às lutas sociais e suas reivindicações. (BARROCO, 2020. P. 40).

Em última análise, a proteção e promoção dos Direitos Humanos é responsabilidade de todos nós. Devemos trabalhar juntos para garantir que todos os seres humanos sejam tratados com dignidade e respeito, independentemente de sua raça, gênero, orientação sexual, religião ou qualquer outra característica. Somente assim poderemos construir uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária. Levando em consideração o público aqui pesquisado, vale ressaltar que quando se pergunta sobre a compreensão de Direitos Humanos, 57,1% da população trans aqui pesquisada, entende como um direito para poucos, conforme podemos observar no gráfico abaixo:



ARANHA, 2023. *Violência Econômica e Extra Econômica: Uma análise das violências contra Travestis e Transexuais na Cidade de São Paulo.*

### Como percebe e transfobia em seu cotidiano?

14 respostas



Assim, em meio a tantos questionamentos que vão se estabelecendo nos últimos 10 anos de atuação profissional o interesse em estudar a violência em seu contexto econômico e principalmente extra econômico, para além de presenciar ao longo das minhas vivências até o presente.

## CAPÍTULO 1 – O TECER DA VIOLÊNCIA ECONÔMICA



Foto 2: <sup>8</sup>A violência contra mulheres trans é discutida no Mulher na Caneca, como forma de violência econômica no Brasil.

### 1.1. O que é a Violência?

*“Nada é absoluto. Tudo muda, tudo se move, tudo gira, tudo voa e desaparece”.*

Frida Kahlo

Para dar início a este capítulo, precisamos fazer algumas reflexões a respeito da violência em seu conceito mais profundo. Vale ressaltar que ao pesquisar os conceitos de violência, muitos foram encontrados, porém precisamos estar certos de que a discussão é permeada por diversos desafios. Nesse sentido, concordamos com Bogado 2015, que nos diz que

---

<sup>8</sup> Debate da violência contra mulheres trans: A violência contra mulheres trans é discutida no Mulher na Caneca | Frei Caneca FM

uma análise baseada numa concepção abstrata e relativizada da violência não nos levará a um conhecimento aprofundado de sua concretude e movimento.

Com isso, para discorrer sobre o que é a violência, a perspectiva teórica que dessa pesquisa será baseada em alguns conceitos de Ianni e Chauí, mas apoiada na teoria social de Marx onde partindo disso, buscaremos abordar a violência como fenômeno histórico e socialmente construído.

Na perspectiva de conceito da violência, vemos que Ianni, estudou a mesma em diferentes contextos sociais, desde o ambiente urbano até o político. Para ele, a violência não pode ser entendida isoladamente, mas sim como parte de um conjunto de relações sociais, econômicas e políticas que influenciam a vida das pessoas e a dinâmica social como um todo. Observamos que Ianni defende que a violência é um fenômeno histórico e que sua forma de manifestação varia de acordo com as diferentes épocas e sociedades. Ele afirma que a violência é um produto da dinâmica social, resultado das contradições entre as classes sociais, da desigualdade e da falta de oportunidades.

Assim, seguindo por essa linha, podemos ver que a violência pode se manifestar de diferentes formas, desde a violência simbólica, na qual para Ianni, é a imposição de valores e normas por meio do poder, até a violência física, que é a utilização da força para impor à vontade sobre o outro.

Trazendo para a atualidade na sociedade brasileira, podemos ver que a violência assume diferentes formas e afeta diferentes grupos sociais. Por exemplo, a violência urbana, que inclui assaltos, sequestros e homicídios, é uma das formas mais comuns de violência no país e afeta principalmente a classe trabalhadora, que vive em áreas periféricas e são cotidianamente expostas a condições precárias de vida. Mas a violência também pode ser observada num contexto político, como a repressão a movimentos sociais e a criminalização de grupos minoritários. Em alguns casos, a violência política pode se manifestar por meio de ações do Estado, como a violência policial e

o uso excessivo da força durante manifestações, protestos e etc. que segundo Ianni:

Produz uma vasta, complexa, difusa, pervasiva e ativa cultura de massa, permeando o imaginário de uns e outros, em todo o mundo. De par em par com outras produções culturais locais, nacionais e mundiais, bem como tendo-se em conta as condições de existência, diversidades e desigualdades sociais, de gênero, étnicas, lingüísticas e religiosas de uns e outros, intensifica-se e expande-se de modo avassalador a produção de cultura de massa, em geral eivada de catástrofe, pânico e ruína. (IANNI. p. 178)

Por outro lado, Ianni também destaca a importância de analisar a violência estrutural, que é aquela que está enraizada nas estruturas sociais e nas relações de poder, como a discriminação racial e de gênero, a desigualdade social e a falta de acesso a direitos básicos como saúde, educação e trabalho digno. Assim, fica evidente que as expressões da violência econômica é, que constituem-se como fenômeno social. O capitalismo, portanto, como o modo pelo qual se organiza e funciona a “fábrica da sociedade”, é um marco histórico no que tange à potencialização das contradições sociais.

Quando partimos para a análise da violência em Chauí, podemos observar que a violência é um fenômeno complexo que pode ser expresso de várias formas: física, psicológica, social, cultural e simbólica. Assim, ela argumenta que a violência não é apenas o ato de agressão física, mas também pode ser expressa através da opressão, discriminação, injustiça, exploração e desigualdade. A violência é, portanto, um produto das relações sociais e culturais que perpassa pela violência econômica, conforme nos apresenta Bogado (2015), quando nos diz que:

Nas sociedades capitalistas, as diferentes manifestações de violência são sustentadas pela violência econômica, geradas no trabalho e em sua divisão social, na exploração da força de trabalho e na dominação de classe (Bogado, 2015).

Dessa forma não podemos negar que a violência é causada por uma combinação de fatores, incluindo desigualdade social, pobreza, discriminação, falta de acesso a recursos e oportunidades, e conflitos de interesse.

Nessa perspectiva Chauí argumenta que a violência é um sintoma de uma sociedade desigual e injusta, em que alguns indivíduos e grupos são privilegiados em detrimento de outros. Tudo isso vai criando uma série de consequências que são devastadoras e além disso, a violência pode criar um ciclo de violência, que perpetua a desigualdade social.

Sobre seus aprofundamentos no que tange a violência como um fenômeno concreto, histórico e real, Chauí nos traz contribuições que dialogam diretamente com a pesquisa em questão. Assim, buscando em Chauí, observa-se que as fontes etimológicas da violência, que em latim vem de vis, força, a autora indica algumas formas de objetivação, sendo elas:

- 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar);
- 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar);
- 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar);
- 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou

uma sociedade define como justas e como um direito; 5) conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror. (2011, p. 341)

Em suma, a violência é um fenômeno complexo que é causado por desigualdades e injustiças sociais e culturais. Lidar com a violência requer abordar essas causas subjacentes através de mudanças sociais e culturais significativas. A compreensão de Chauí sobre a violência é valiosa para entendermos a complexidade desse fenômeno e buscarmos soluções mais eficazes. E nesse contexto, podemos observar diversos exemplos segundo Chauí. Conforme vemos:

A Violência física: este é o tipo mais óbvio de violência, e inclui agressões, homicídios, estupros e outros atos que causam danos físicos às vítimas. Exemplos incluem a violência policial, que é frequentemente direcionada a grupos marginalizados, como negros e pobres.

Outro exemplo é a Violência psicológica: este tipo de violência pode ser mais difícil de detectar, mas pode ser igualmente prejudicial. Inclui bullying, assédio moral, intimidação e outras formas de agressão que têm como objetivo intimidar ou controlar as vítimas. Um exemplo é o assédio sexual no local de trabalho, que pode levar a consequências devastadoras para as vítimas, incluindo danos à autoestima, depressão e ansiedade.

A Violência social: esta forma de violência pode ser vista como a violência da desigualdade e discriminação. Inclui a privação de oportunidades de educação, emprego e outros recursos necessários para uma vida digna. Um exemplo é a desigualdade de grupos marginalizados, como os povos indígenas, que muitas vezes são privados de acesso a terras, água e outros recursos vitais.

Violência cultural: este tipo de violência está relacionado à imposição de valores e normas culturais dominantes sobre grupos marginalizados.

Pode incluir a supressão de línguas e culturas indígenas, bem como a desvalorização de tradições culturais e religiosas de grupos minoritários. Um exemplo é a proibição do uso de vestimentas religiosas em certos espaços públicos, o que pode levar à marginalização e desigualdade social.

Violência simbólica: este tipo de violência é mais sutil, mas pode ter um impacto profundo. Refere-se à imposição de crenças e valores dominantes por meio de símbolos e discursos. Exemplos incluem a representação de grupos marginalizados como inferiores em mídias populares, o que pode levar a estereótipos e preconceitos prejudiciais.

Assim, pode-se observar que a compreensão de Marilena Chauí sobre a violência é importante pois nos ajuda a entender a complexidade desse fenômeno e as diversas formas em que ele pode se manifestar. Isso nos permite abordar a violência de forma mais eficaz, identificando as causas subjacentes e trabalhando para promover mudanças sociais significativas. Através da promoção da justiça social e econômica, da eliminação da discriminação e desigualdade social.

Segundo Ianni, na sociedade brasileira, a violência assume diferentes formas e afeta diferentes grupos sociais. Por exemplo, a violência urbana, que inclui assaltos, sequestros e homicídios, é uma das formas mais comuns de violência no país e afeta principalmente as camadas mais pobres da população, que vivem em áreas periféricas e são expostas a condições precárias de vida.

A violência também pode ser observada no contexto político, como a repressão a movimentos sociais e a criminalização de grupos minoritários. Em alguns casos, a violência política pode se manifestar por meio de ações do Estado, como a violência policial e o uso excessivo da força durante manifestações e protestos.

Ianni também destaca a importância de analisar a violência estrutural, que é aquela que está enraizada nas estruturas sociais e nas relações de poder, como a discriminação racial e de gênero, a desigualdade social e a falta de acesso a direitos básicos como saúde, educação e trabalho digno.

Para Ianni, a superação da violência requer uma transformação profunda na estrutura social, econômica e política da sociedade. Isso envolve a luta contra a desigualdade e a discriminação, bem como o fortalecimento dos direitos humanos, da democracia e da participação social.

Ou seja, nessa perspectiva, Ianni defende que a violência não pode ser compreendida isoladamente, mas sim como parte de um conjunto de relações sociais, econômicas e políticas. A violência é um fenômeno histórico e sua forma de manifestação varia de acordo com as diferentes épocas e sociedades. Para superar a violência, é necessária uma transformação profunda na estrutura social, econômica e política da sociedade. Isso envolve o combate à desigualdade social, bem como o fortalecimento dos direitos humanos e da democracia. Além disso, é importante reconhecer a complexidade do fenômeno da violência e analisá-la em suas múltiplas dimensões, como a violência simbólica e estrutural, para que se possa adotar medidas efetivas para combatê-la.

## **1.2. A violência Econômica: Uma aproximação aos modos de pensar a violência**

Neste item, daremos continuidade à violência em seu contexto econômico, porém tentaremos observá-la pelo viés marxista. Dessa forma, nos apoiaremos em “O Capital”. Trazemos aqui como finalidade evidenciar o conceito de violência em Marx pensando assim a partir do 24º capítulo do livro I de O Capital, cujo cerne temático consiste no que Marx denomina de acumulação primitiva.

Se observarmos, Marx 2013, ao apontar a diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador (mais valia) como base de exploração do sistema capitalista, procura compreender, através da história, a gênese do modo de produção capitalista neste sentido afirma que:

“Ao contrário da hipótese defendida pela economia política clássica, a concentração de riqueza nunca foi resultado da negligência de muitos e da disposição de poucos, mas de um violento processo de expropriação camponesa, servidão da força de trabalho indígena, exploração da mão de obra africana e espoliação da América”

*Nesta pesquisa pensar o conceito de violência em Marx é determinante para a construção de sua crítica à economia capitalista tendo em vista que a exploração do homem pelo homem lhe é irreversível. Para Marx, o *capital*, forma pela qual os homens produzem e distribuem sua riqueza material na modernidade apresenta necessariamente, estruturalmente, a impossibilidade de emancipação social, um dos motivos, podemos dizer que é exatamente por esse processo violento de exploração no qual citamos anteriormente.*

Se aprofundarmos a questão da violência em Marx, podemos observar ainda que o mesmo apresenta junto à análise do seu objeto uma teoria da violência que é constitutiva. Dessa forma, podemos ver que desde o primeiro capítulo, de *O Capital* ele traz análise da mercadoria, sendo a forma mais elementar e abstrata da riqueza em sociedades onde rege a produção capitalista, sendo assim Marx demonstra que a reprodução do capital só pode existir pela exploração do trabalho, o que vai se mostrando na contemporaneidade de forma cada vez mais nesse contexto violento e estrutural do qual falamos no item anterior.

Algo importante e que precisa ser evidenciado é a questão da acumulação primitiva que é fundamental quando realizamos aprofundamento na pesquisa sobre o processo de violência, desta forma nos apoiamos em Marx que nos diz:

*É sabido o grande papel desempenhado na verdadeira história pela conquista, pela escravização, pela rapina e pelo assassinato, em suma, pela violência. Na suave*

*economia política o idílio reina desde os primórdios. Desde o início da humanidade, o direito e o trabalho são os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se naturalmente o ano corrente. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva nada têm de idílicos.* (Marx 2013, p. 836)

Sendo assim, podemos afirmar que a gênese do capital se deve a uma história de violência que foi e é, ao longo do tempo marcada pelo domínio dos povos. Dessa maneira, a acumulação primitiva do capital se constituiu basicamente num processo que dissociou os produtores das condições necessárias à sua subsistência. Dessa forma, observamos aqui que o fenômeno da violência segue um curso completo tomado por meios de sociabilidade humana desde o início, configurando-se em uma espécie de aproximação em cada contexto histórico. Assim, vemos que nas sociedades governadas por meios de capital, o assunto mais eficaz é escolher o seu próprio crescimento e a acumulação de riqueza. Para isso, é necessário desfazer todos os limites ao seu aperfeiçoamento, a utilização de todos os meios disponíveis. E então, o uso da violência é recurso útil para se estruturar.

Tendo em vista tudo o que foi exposto até agora, aprofundamos então a questão da violência pensando pela perspectiva econômica. No modo de produção burguês, mais do que em qualquer outro já experimentado pelas sociedades, as técnicas de repressão e formas de tirania se materializam resultando numa situação de agravamento dos antagonismos sociais que esta diretamente ligada a relação na qual Marx nos apresenta:

O desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, corresponde, na mesma proporção, ao desenvolvimento do proletariado, da classe dos operários modernos que só sobrevivem à medida que encontram trabalho, e só encontram trabalho à medida que seu trabalho aumenta o

capital. Esses operários, compelidos a venderem-se a retalho, são uma mercadoria como qualquer outro artigo do comércio e, portanto, estão igualmente sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado (MARX; ENGELS, 2011, p.34-35).

Assim, concordamos com Bogado 2015 e podemos afirmar que a violência econômica até aqui apresentada é um fenômeno histórico com especificidades determinadas diretamente pelo modo de produção e que se conecta com as bases culturais, éticas, morais, entre outras e que contribui para que as relações sociais se efetivem com extrema complexidade na sociedade capitalista.

Como mencionamos ao iniciar esse processo de reflexão, ela tem sua gênese na apropriação privada dos meios de trabalho que produzem a própria vida social e que foi evoluindo em detrimento das transições societárias.

Vale ressaltar, contudo, representa a mercantilização das relações sociais, na investida de uma estratégia duplamente combinada de apropriação privada e que nesse contexto nenhuma ordem societária produziu tanta violência econômica quanto a capitalista.

### **1.3. A Violência Estrutural no Brasil: Resultante da Violência Econômica**

*“Conheci a violência quando fui demitida do meu trabalho por ser trans e perdi tudo que estava construindo, morava de aluguel e por não conseguir pagar vim morar na rua em São Paulo. As vezes não tinha o que comer na rua e foi quando vim para o centro de acolhida. Ainda não terminei minha transição, mas não sei se ainda vou conseguir emprego se continuar fazendo a transição do meu corpo.” (Yasmim, em pesquisa realizada em abril de 2023)*

A violência estrutural refere-se a qualquer estado ou situação em que uma forma social perpetua a desigualdade, infligindo sofrimento evitável. Ao estudar a temática da violência econômica, podemos observar métodos em que os sistemas sociais podem ter um efeito desproporcionalmente ruim. Nesse sentido, Marilena Chauí nos embasa a respeito da construção de um mito muito poderoso que se estabeleceu no Brasil, sendo este o mito da não violência e como isso está diretamente ligado com a ética, como veremos a seguir:

Sob uma perspectiva mais geral, podemos dizer que a ética define, antes de tudo, a figura do agente ético e de suas ações e o conjunto de noções (ou valores) que balizam o campo de uma ação que se considere ética. O agente ético é pensado como sujeito ético, isto é, como um ser racional e consciente que sabe o que faz, como um ser livre que decide e escolhe o que faz, e como um ser responsável que responde pelo que faz.

Nesse sentido, podemos observar que a ação ética é balizada pelas ideias de bom e mau, justo e injusto, isto é, por valores cujo conteúdo pode variar de uma sociedade para a outra ou na história de uma mesma sociedade, mas que propõem sempre uma diferença intrínseca entre condutas tendo como critério a definição do bem, do justo e do virtuoso. Assim, a violência econômica vai nos permitindo análises com nuances extras que passam pelas forças sociais, culturais, políticas, financeiras e antigas que geram a desigualdade, nesse contexto econômico ela cria ainda a possibilidade de não esquecer visivelmente a posição de vários tipos de marginalização.

Neste capítulo inicial um de nossos objetivos é fazer uma breve reflexão sobre a violência econômica e assim, esclarecer a importância de

se compreender a violência nesse seu aspecto econômico por meio de teóricos que aprofundam a temática e conduzir ainda para o viés mais contemporâneo ao público LGBTQIAP+, aqui mais especificamente as travestis e transexuais no decorrer dos capítulos pode-se observar que este estudo trata de uma análise qualitativa, baseada na pesquisa bibliográfica, exploratória e de natureza descritiva.

Pensando ainda no diálogo que pretende dar corpo a reflexões sobre a violência, entendemos que é imprescindível apreender que esse fenômeno pode se manifestar de formas distintas, distribuindo-se de forma desigual, e que vai assumindo papéis sociais distintos e tendo um homem ou mulher revelador das estruturas de dominação. Com isso, percebe-se que o uso da violência é o recurso útil comum para as funções da classe dominante. Se observarmos a contemporaneidade, veremos que há uma intensificação do fenômeno da violência. Ao dialogar sobre a questão da violência estrutural e a questão ética como citada anteriormente Chauí (2022) nos traz um fator importante que é o conflito do agente ético e nos apresenta o seguinte:

“Evidentemente, isso leva a perceber que há um conflito entre a autonomia do agente ético e a heteronomia dos valores morais de sua sociedade: com efeito, esses valores constituem uma tábua de deveres e finalidades que, do exterior, obrigam o agente a agir de uma determinada maneira e por isso operam como uma força externa que o pressiona a agir segundo algo que não foi ditado por ele mesmo. Em outras palavras, o agente não age em conformidade consigo mesmo e sim em conformidade com algo que lhe é exterior (Chauí, 2022)

Pensando nesse contexto, sabemos que violência econômica refere-se a qualquer estado ou situação em que uma forma social perpetua a desigualdade, infligindo sofrimento evitável. E que vai ainda gerando conflito entre o agente ético e a heteronomia dos valores morais de sua sociedade. No

sentido de aprofundar ainda a reflexão sobre a violência estrutural, Marinho, 2022 nos traz a seguinte contribuição:

A violência estrutural foi cunhada com a ajuda do sociólogo norueguês Johan Gultang. Em seu artigo de 1969, “Violência, Paz e Pesquisa para a Paz”, Gultang argumentou que a violência estrutural definia a fraca força dos estabelecimentos sociais e das estruturas de corporação social entre as comunidades marginalizadas (MARINHO, 2022).

Nos estudos sobre violências podemos perceber que é essencial diferenciar a ideia de violência do período de tempo como é descrito historicamente. A violência econômica como a razão fundamental das variações entre a capacidade de verdade das pessoas e suas circunstâncias reais. Por exemplo, a expectativa de vida útil dentro da população moderna pode ser muito maior do que a expectativa de vida real dos participantes de grupos em situação de vulnerabilidade social, pensando por essa perspectiva chegamos a elementos da violência em seu contexto mais extra econômico que consistem em racismo, transfobia, lgbtfobia, desigualdade, sexismo, e outros. Nesses elementos citados, podemos ver a discrepância entre capacidade e expectativa de existência real em cada um desses grupos o que resulta da violência econômica. Importante ressaltar que ao pesquisar a questão da transfobia, 64,3% das travestis e transexuais só identificam através dos crimes de ódio como vemos no gráfico mais abaixo:

Quando falamos mais acima que a violência econômica permite análises com nuances extras das forças sociais, culturais, políticas, financeiras e antigas que formam a desigualdade vamos assim tecendo a construção da mesma por meio da posição de vários tipos de marginalização. Podemos aqui citar novamente exemplos como: sexismo, racismo, preconceito de idade, Transfobia e/ou pobreza. Esta forma de violência permite dar uma explicação para as mais de uma e frequentemente interseção de forças. Eles criam e perpetuam a desigualdade mais de um nível. Tanto para as pessoas quanto para as comunidades. Ela também destaca raízes antigas da desigualdade atual. As desigualdades de nosso tempo frequentemente se espalham em um conto mais amplo de marginalização. Essa estrutura fornece um contexto vital para o conhecimento predominante em frases de sua datação ao passado.

Nessa perspectiva, pode -se falar mais simples de “violência”, o que denota uma pluricausalidade. Como traços associados ao surgimento e manutenção da violência, social, econômica e cultural. Sendo assim, a forma de violência se mostra como protótipo de diferentes configurações da violência que são exercidos dentro dos movimentos diários que naturalmente não são contestados.

Podemos ainda observar que nesse sentido de movimentos diários que vão sendo naturalmente aceitos, fica um tipo de alienação das pessoas diante da violência a que são cotidianamente e estruturalmente submetidas. Com isso observamos que mesmo sem essa consciência, ou justamente por isso, os sujeitos sociais vão passando pelos desdobramentos dessa violência econômica a partir dos mecanismos por meio dos quais o Estado, em suas diversas instâncias e poderes, restringe o direito de entrada à maioria considerável da população aos direitos simples que poderiam oferecer uma vida digna, produzindo assim uma situação crítica de desigualdade social. Ressaltamos ainda que essa tal violência se evidencia ainda mais com determinados grupos no qual veremos mais à frente, com o direcionamento para o público de travestis e transexuais.

## CAPÍTULO 2 – NAS TRAMAS DA VIOLÊNCIA EXTRA ECONÔMICA



Foto3<sup>9</sup>: Amanda Marfree, vítima da violência extra econômica. Amanda morreu por covid 19 na pandemia, por precisar sair para trabalhar na rua para garantir sua sobrevivência

---

<sup>9</sup> Fonte: Fotografia feita por Thiago Aparecido Aranha dos Santos, durante atuação profissional com grupo de travestis e transexuais no programa transcidadania, pela secretaria de Direitos Humanos.

## 2.1. Gênero e Diversidade Sexual

Neste capítulo sistematizamos breves sínteses explicativas sobre a estrutura categorial da maior importância sobre os determinantes processos históricos no que tange à opressão às mulheres trans mais especificamente, na sociedade capitalista. Aqui, nos basearemos ainda nas contribuições de Marx que entendemos como fundamentais para entender todo esse processo de opressão principalmente sem desconectar da totalidade. Concordamos ainda com CISNE que afirma nessa perspectiva de totalidade que a classe trabalhadora é una e diversa, nela há classe, raça e gênero. A partir disso, podemos aprofundar as discussões sobre classe social e a produção e reprodução do capital.

Ao abordarmos a categoria gênero, podemos dizer que a mesma hoje tem sido discutida com frequência o que nos faz afirmar que todos em algum nível já ouviu falar principalmente às relações de gênero que são frequentemente atribuídas às mulheres. Nesta pesquisa, abordaremos a categoria relações de gênero, porém sob a perspectiva das mulheres transexuais. Desse modo, vale ainda ressaltar que esse termo se tornou conhecido quando Robert Stoller aprofundava seus estudos sobre meninos e meninas que eram educados de acordo com um sexo que não era o seu, isso nos remete diretamente a ligação entre a discussão de relações de gênero e relações sociais.

Ao discutir relações de gênero, cabe-nos ainda ressaltar que o tema foi e é muito utilizado pelos movimentos feministas para evidenciar as diferenças que existem entre homens e mulheres e mais especificamente o que é construído socialmente o “ser homem” e o “ser mulher”.

Falar ainda sobre questão social, gênero e diversidade sexual no âmbito da teoria social é tarefa complexa e cheia de nuances que nos levam a reflexão cotidiana. Neste processo reflexivo precisamos passar, ainda que brevemente pelos fundamentos teórico-políticos da diversidade humana, do heteropatriarcado e do racismo. Ainda no tocante a complexidade dos temas, podemos afirmar que a mesma envolve situações concretas da vida singular

dos indivíduos e dos sujeitos políticos coletivos sendo assim considerados temas que contemplam a resistência. O objetivo neste capítulo é oferecer elementos para situar o entendimento e dialogar com tais temas na trilha do processo do serviço social no Brasil.

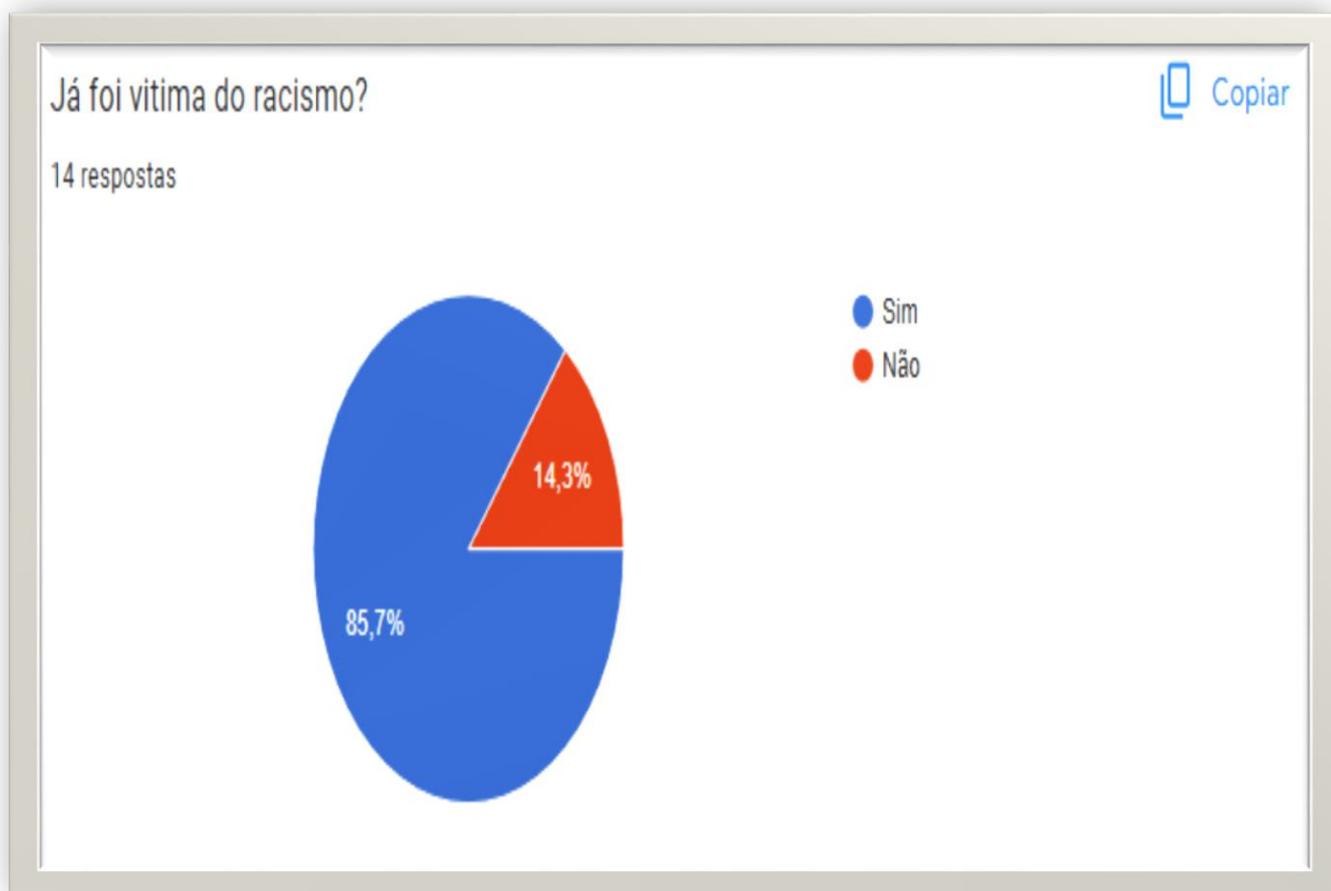
Conforme Saffioti:

O nó constituído pelas contradições fundamentais da sociedade brasileira, pode-se afirmar a existência de três identidades sociais básicas: a de gênero, a de raça/etnia e a de classe social. Não se trata, porém, de três identidades autônomas, em virtude, justamente, de estarem atados os antagonismos que lhes dão origem. (SAFFIOTT, 2004, p. 63).

Neste sentido, pode-se afirmar que não é possível discutir separadamente gênero, raça e classe, sem aprofundar o nó que foi e é construído e marcado pelas contradições da sociedade em sua contemporaneidade. Para a afirmação da centralidade ontológica do trabalho na vida social, entendendo que o trabalho consiste no ponto de partida da humanização do indivíduo nos apoiamos em Cisne e Santos que a respeito das dimensões nos diz o seguinte:

"Essas dimensões (sexo/sexualidade, raça/etnia e classe) determinam, em grande medida, as múltiplas relações sociais que nos compõem e que estabelecemos, seja por gerar situações desiguais entre indivíduos nas relações interpessoais e oferecer situação de privilégio a alguns em detrimento a outros (as), seja por estruturar relações de poder, exploração e opressão de um grupo social ou classe sobre outro" (CISNE & SANTOS, 2018, p. 26).

Com isso, vale enfatizar aqui a abordagem das questões numa perspectiva de totalidade, e não se pode abandonar o caráter radicalmente histórico do ser social como complexo de complexos. No decorrer da pesquisa podemos observar ainda que 85,7% das pessoas travestis e transexuais que participaram dessa construção já sofreram racismo o que reforça ainda mais o que temos discutido, conforme o gráfico abaixo:



ARANHA, 2023. *Violência Econômica e Extra Econômica: Uma análise das violências contra Travestis e Transexuais na Cidade de São Paulo.*

## **2.2. Questão Social e Gênero: Família Heteropatriarcal-monogâmica no controle sobre as mulheres e Trans.**

Falar sobre questão social, gênero e diversidade sexual no âmbito do serviço social é tarefa complexa e cheia de nuances que nos levam a reflexão cotidiana. Neste processo reflexivo precisamos passar, ainda que brevemente pelos fundamentos teórico-políticos da diversidade humana, do heteropatriarcado e do racismo. Ainda no tocante a complexidade dos temas, podemos afirmar que a mesma envolve situações concretas da vida singular dos indivíduos e dos sujeitos políticos coletivos sendo assim considerados temas que contemplam resistência.

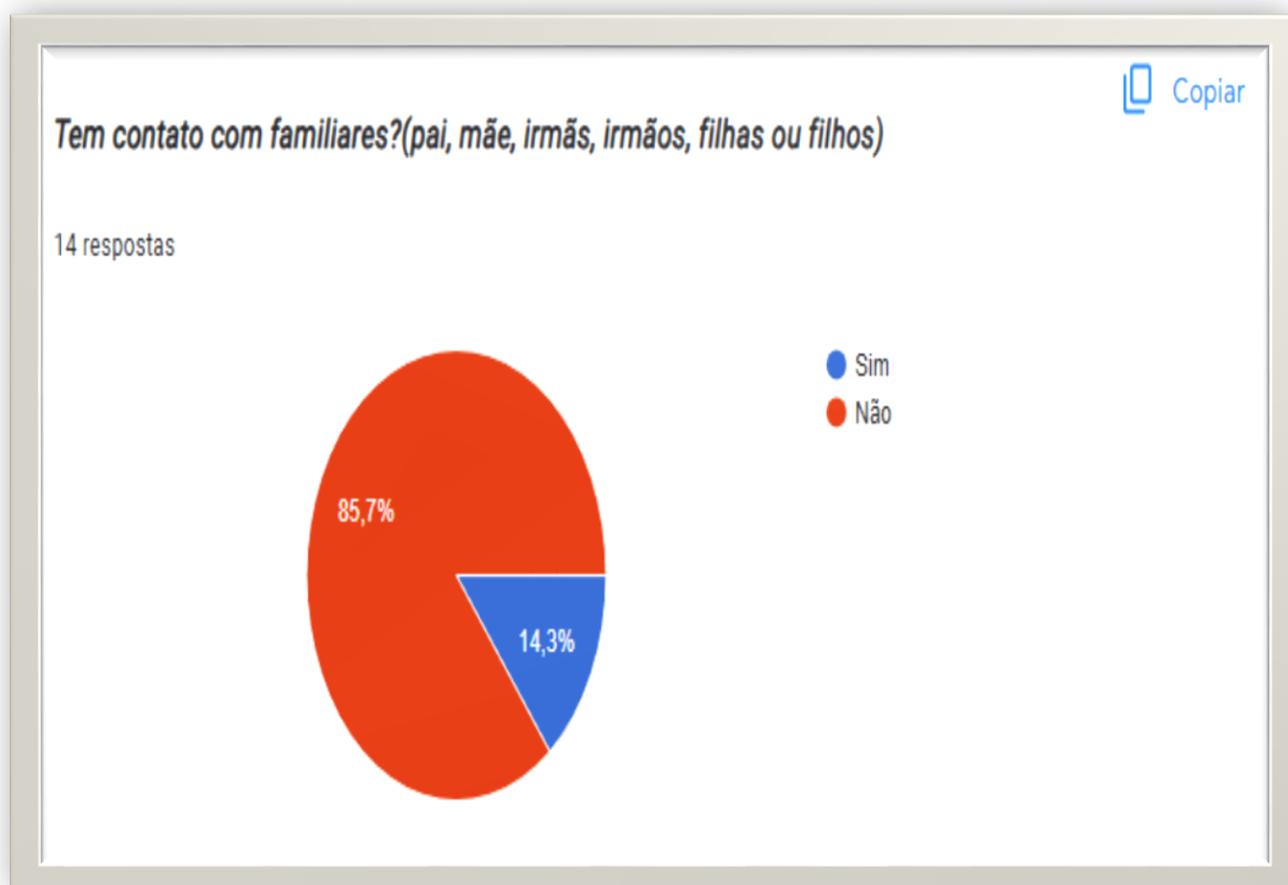
A constituição da família monogâmica encontra sua gênese, como um aspecto decisivo, na organização da sociedade de classes que, por sua vez, foi sendo tecida por meio da violência e do trabalho explorado e alienado que constituem a propriedade privada.

Nesta concepção, concordamos com Cisne e Santos 2018, citar que o pai de família é dominante: O trabalho dos indivíduos sob sua autoridade lhe pertence. Aqui, a família é um conjunto de indivíduos que devem o seu trabalho a um chefe. Com isso a perspectiva coletiva e igualitária vai sendo substituída pela lógica privada e individualista com a família monogâmica.

Partindo dessa concepção podemos entender que a partir do momento em que surge exploração entre os seres humanos, as relações passam a ser regidas pela concorrência. Dessa forma, a propriedade privada, as classes sociais e a violência cotidiana são no dizer de Marx “determinações reflexivas”: Uma não existe sem as outras.

Ainda sobre a constituição da família patriarcal monogâmica e heterossexual, fica evidenciado que a mesma foi sendo pautada pelo controle, culpa, medo e proibições, como afirma Cisne e Santos citando Okita, as relações homossexuais da mulher como também as heterossexuais eram limitadas pela dominação patriarcal. Já no que tange as relações sexuais do homem eram mais livres do que as da mulher. Porém aquelas relações masculinas que não resultassem herdeiros eram condenadas pelo sistema patriarcal. Sendo assim, é provável que o medo de não deixar herdeiros fosse

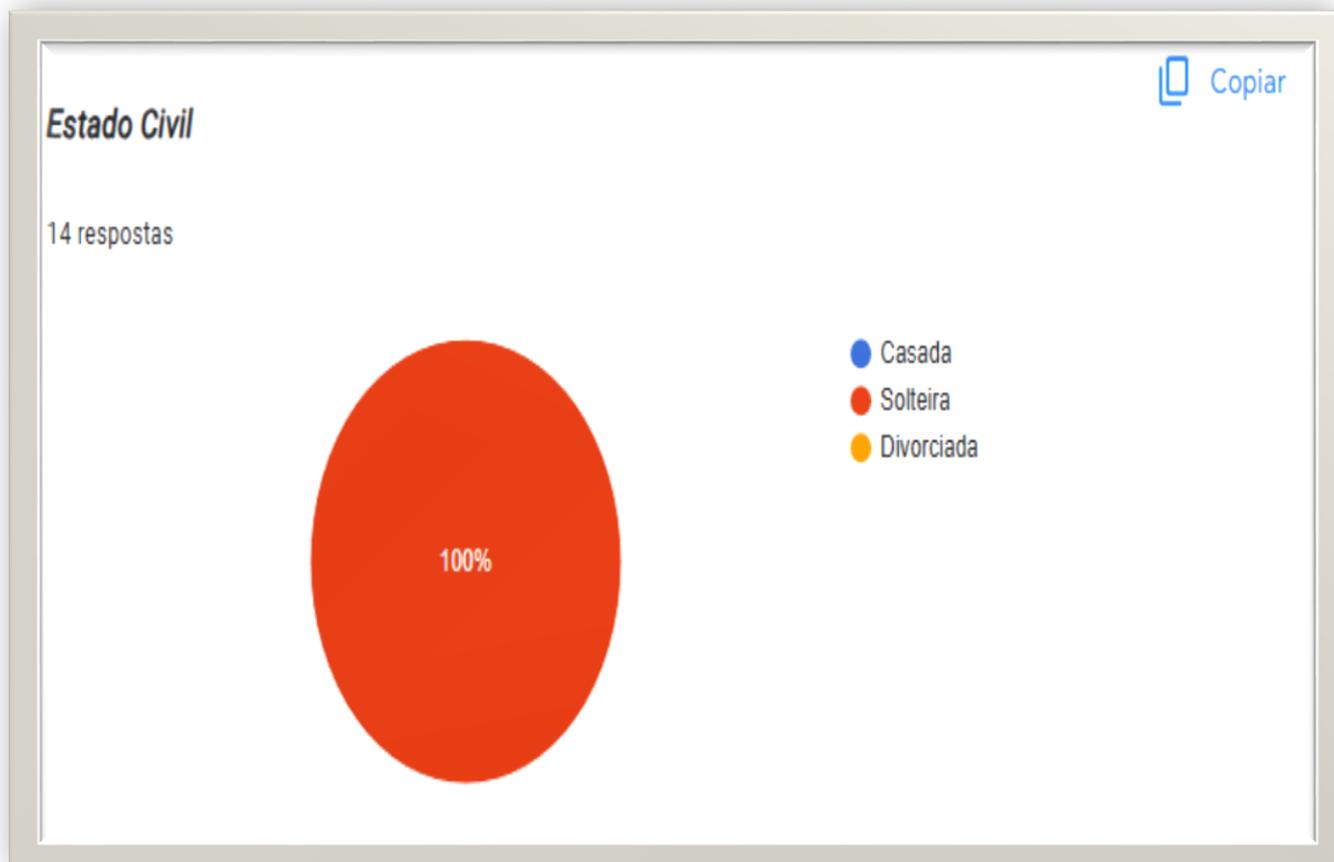
um dos fatores principais para a proibição homossexual. Com isso a família patriarcal monogâmica ou nuclear vai realizando um papel ideológico na difusão do conservadorismo “ao ensinar as crianças desde a infância que devem aceitar as estruturas e premissas básicas da sociedade de classe”. Nesse sentido, vai se gerando a desigualdade social com as pessoas trans de seus convívios familiares conforme mostra o gráfico abaixo, onde 85,7% das pessoas que participaram dessa pesquisa não tem contato com seus familiares por diversas questões, desde a expulsão da casa como o não aceite de algo que não esteja de acordo com os critérios propostos pela família hereto patriarcal:



ARANHA, 2023. *Violência Econômica e Extra Econômica: Uma análise das violências contra Travestis e Transexuais na Cidade de São Paulo.*

De acordo com o gráfico acima, podemos observar que ainda que novas configurações familiares estejam em forte curso histórico, a família permanece como uma significativa instituição na garantia da estrutura para a

divisão sexual do trabalho e por extensão, da reprodução social. Outro fator importante e que precisamos levar em consideração é a questão da contituição de família, nesse sentido observamos que 100% das pessoas pesquisadas não conseguem constituir famílias como demonstra o grafico abaixo:



ARANHA, 2023. *Violência Econômica e Extra Econômica: Uma análise das violências contra Travestis e Transexuais na Cidade de São Paulo.*

Já na discussão entre gênero e questão social nos deparamos com a divisão sexual do trabalho que é uma questão central para discutir suas complexidades com olhar voltado às desigualdades. As relações de trabalho das mulheres e mulheres trans, não se estabelecem apenas no e por conta do gênero.

Ao realizar uma breve análise do cotidiano e o processo de sociabilidade, entre gêneros, podemos afirmar que é de fato necessário conectar gênero, classe e raça para perceber que as mulheres não são

completamente excluídas do mercado de trabalho, ao mesmo tempo não podemos negar que as mesmas estão historicamente em condição de desvantagem. Já no caso de mulheres trans é visivelmente perceptível o processo de desigualdade.

A divisão sexual do trabalho produz e reproduz a assimetria entre práticas femininas e masculinas, constrói e reconstrói mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produz e reproduz a subordinação do gênero dominação. (SOUZA-LOBO 2011, p. 174)

Algo interessante é que a desvantagem vai sendo reproduzida no âmbito institucional e reproduzida por um cotidiano que conta com papéis diferentes de homens e mulheres e que qualifica o trabalho de homens e mulheres de maneira distinta gerando assim um ciclo que fortalece o impacto da divisão sexual do trabalho.

Duas categorias precisam ser levadas em consideração no processo da divisão sexual do trabalho. A hierarquia e a separação: no contexto histórico podemos ver que ambas são passíveis de transformação e vão agregando valores e maiores valores ao trabalho de homens e diferenciando o que é conhecido e reforçado como trabalho de homem e trabalho de mulher.

Neste sentido, precisamos evidenciar que quando falamos em divisão sexual do trabalho, não se trata apenas de trabalhos que são diferentes segundo o sexo, e sim hierarquicamente distintos e vão se desdobrando e se expressando nas desigualdades existentes, como temos visto hoje por exemplo, nas carreiras, nas qualificações profissionais e nos salários entre os sexos.

Ao realizarmos uma breve análise, vemos que as mulheres ainda dedicam o dobro do tempo semanal a atividades domésticas, cuidado de filhos, cuidado de pessoas idosas do que o tempo dedicado pelos homens. Isso diz muito sobre como organizamos a vida no cotidiano. É algo que tem consequências para além do cotidiano doméstico. Uma vez que, dedicando

mais tempo a tarefas domésticas as mulheres tem menos tempo para se dedicar por exemplo ao aprimoramento profissional, pesquisas acadêmicas dentre outros.

Conforme Cisne e Santos, 2018 quando falamos em divisão sexual do trabalho, é importante não limitá-la ao binarismo de gênero, homem x mulher, mas também compreender que outros elementos compõem as relações sociais de sexo, como a orientação sexual e outras expressões de identidades de sexo que vão além do binarismo, como por exemplo as pessoas trans.

Nesse sentido, considerar algumas dimensões que se associam às relações sociais de sexo que, por sua vez estruturam de forma diferente e a exploração do trabalho, nos leva a compreender que alguns nichos de trabalho são marcados por uma presença de LGBTs por exemplo. Com isso, a orientação sexual imprime um processo que condena homossexuais a profissões para as quais ser gay é aceitável ou recomendável, a exemplo de cabeleireiro, maquiador, esteticista. No tocante a sexualidade, mais especificamente a orientação sexual, é componente da divisão sexual do trabalho. As chamadas identidades de sexo/gênero também promovem mediações na estruturação dessa divisão sexual do trabalho. Assim é que travestis e trans, por exemplo, também são aceitas em determinadas profissões. Vejamos então que todas as transgressões vão associar-se a profissões também consideradas femininas, logo, socialmente desvalorizadas.

Pensando ainda pelo lado do método materialista histórico-dialético, nos cabe ainda problematizar, em uma perspectiva de totalidade, que as relações sociais de sexo (incluindo sexualidade) e as étnico-raciais conformar as classes sociais. Dessa forma, classe, raça e sexo são indissociáveis para que possamos fazer análise de qualquer fenômeno social nesta sociedade. Vale ainda ressaltar que ao longo do período histórico, apesar de presente as temáticas foram frequentemente tratadas separadamente. Mas precisamos reforçar que, a classe, além de ter sexo, possui raça/ etnia, e essas dimensões imprimem condicionalidades que estruturam de forma diferente as vivências das formas de exploração e opressão nesta sociedade.

Já no que concerne a divisão sexual do trabalho doméstico podemos

afirmar que a divisão sexual do trabalho doméstico é elemento muito importante para se entender que segundo dados do IBGE, a renda média das mulheres permanece cerca de 25% menor queo dos homens no momento em que elas tem maior acesso à educação formal, ou seja, não é possível utilizar do argumento que essa renda menor guarda memória de quando as mulheres eram menos formalmente capacitadas para o exercício profissional. Ela não guarda uma memória desse tempo, ela é uma atualização de responsabilização desigual por outros aspectos da vida como o trabalho doméstico, cuidado dos filhos. Neste sentido concordamos com a afirmação de Bandeira e Melo, 2014 ao citar que:

Desta maneira, no Brasil a ida das mulheres ao mundo do trabalho não mudou a essência das relações sociais entre os sexos. A divisão sexual do trabalho permanece a mesma, continua existindo trabalho de homem e de mulher, estas saíram para o mundo público, mas continuam responsáveis pelo mundo privado (Bandeira e Melo, 2014. P 35.)

Cabe-nos ainda ressaltar que essa renda desigual do trabalho tem relação sobre tudocom diversos aspectos que se entrelaçam nas relações de gênero. Alguns tipos de trabalho são marcados pela gratuidade, e com uma breve análise reflexiva podemos ver que historicamente o exercício do trabalho doméstico, cuidar de alguém, lavar a louça, preparar os alimentos, foi visto como trabalho gratuito a ser exercido por mulheres em favor dos homens que são por tanto dele liberados. Como nos apresenta Bandeira e Melo:

Na maioria das sociedades, o grosso da responsabilidade das tarefas de cozinhar, limpar, cuidar das crianças, velhos e doentes recai sobre as mulheres, sobretudo, à trabalhadora doméstica, que encarna a 'figura' da mulher negra e pobre. (Bandeirae Melo, 2014. P 36.)

Ainda nesse aspecto podemos afirmar que mesmo quando são exercidos de maneira remunerada, eles guardam esse registro da gratuidade. Com isso, o trabalho feminino é marcado por uma história da oferta gratuita de tipos de trabalho que só são poucos valorizados porque são exercidos por mulheres, pois olhando por outra perspectiva são trabalhos fundamentais. Cabe nos então perguntar, como pensar o cotidiano da vida sem pensar que esses trabalhos sejam realizados?

Um outro ponto que a gente precisa se perguntar é por que esse problema da desvalorização de um trabalho fundamental não é transformado em um problema político e a quem interessa que ele permaneça desta mesma forma há tanto tempo?

Partindo dessas questões vamos começando a perceber que não é uma coincidência que quem desempenha o trabalho doméstico seja justamente quem está presente em menor número em espaços que traz esse debate a público, ou por exemplo em espaços em que os recursos destinados a política pública são alocados.

Nesse sentido a divisão sexual do trabalho, retira das mulheres recursos importantes para que possam atuar politicamente tirando as mesmas estarem por exemplo na política e outros espaços. Algo que precisamos observar ainda é que esse problema não é trazido aos debates como problema público de grande relevância ainda que na experiência das pessoas o trabalho doméstico seja de fato um aspecto central. Assim, podemos perceber que ele é central de lugares diferentes e precisamos nos ater a de que maneira ele é central para quem desempenha?

Pensando ainda nessa conexão entre trabalho doméstico, espaços profissionais e de sociabilidade é interessante observar que os homens são maioria por exemplo na política, mas não é só isso, pensando criticamente são determinados homens que constituem a maioria na política. Assim percebemos que são homens brancos e são homens cujas mulheres também tem uma posição que lhes permite contratar outras mulheres para o trabalho doméstico e tal questão quase nunca é levada em consideração nessa

análise.

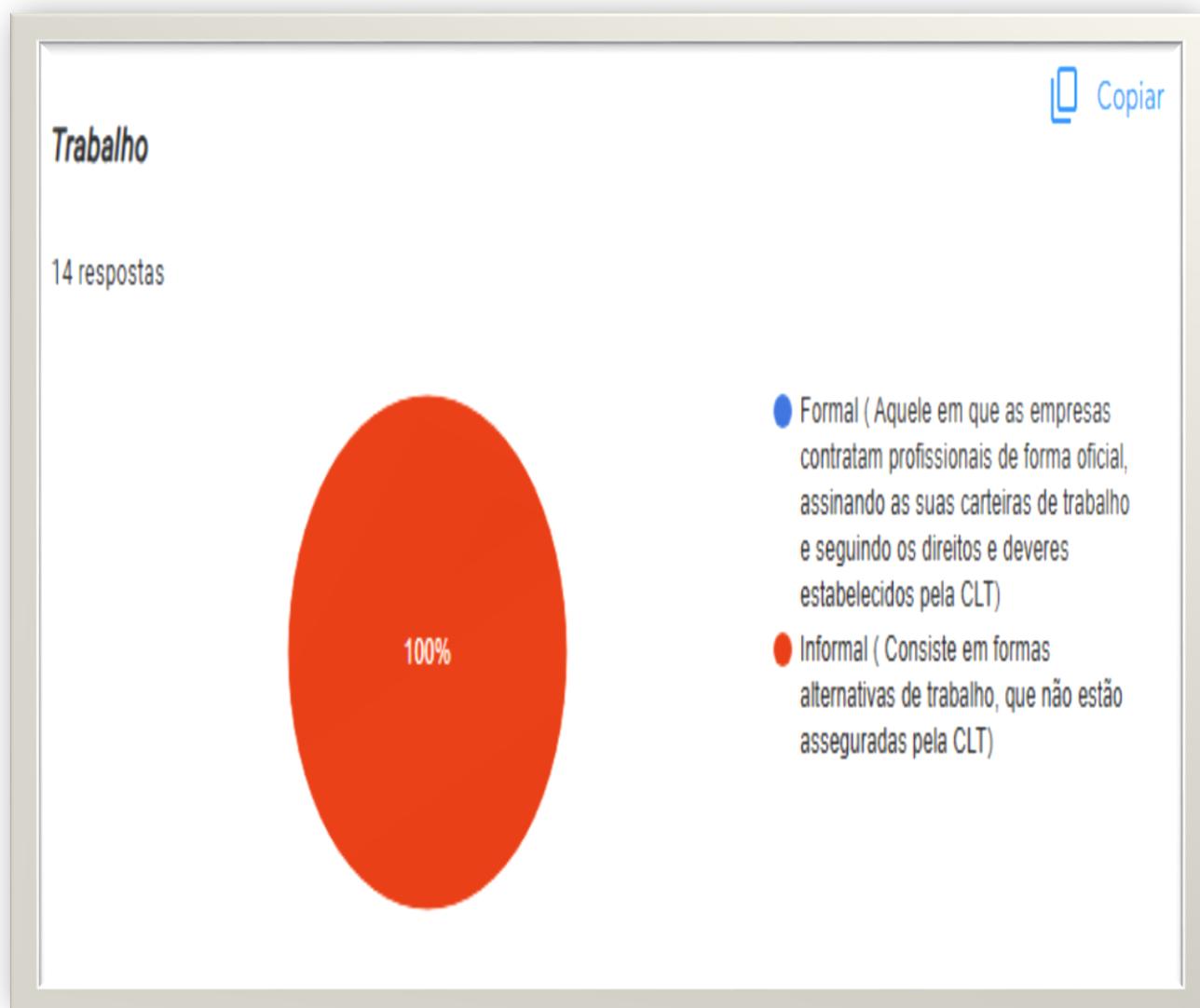
Fator ainda que precisa ser levado em consideração é a discussão indissociável entre gênero, classe e raça, desta forma nos apoiamos em Cisne, que nos diz o seguinte:

“As “relações sociais de sexo” e de “raça”/etnia são elementos indispensáveis para entendermos a exploração do mundo do trabalho, especialmente, no que Falquet (2008, 2012) denomina de “trabalho desvalorizado” ou “trabalho considerado feminino” (Cisne, 2014).”

Desta forma, o trabalho doméstico remunerado, fornecido principalmente pelas mulheres negras nesse país, é o que está mais distante da experiência da ampla maioria dos homens que estão nos espaços da política institucional. Isso vai nos ajudando a desenvolver uma reflexão sobre o motivo pelo qual se demora tanto tempo para a sociedade conseguir equiparar por exemplo, os direitos das trabalhadoras domésticas aos direitos de outras trabalhadoras e trabalhadores. Algo que infelizmente significa menos do que poderia significar, uma vez que a nova legislação trabalhista retira direitos e desregulamenta o trabalho de maneira que fica difícil que a gente de fato perceba uma efetividade nas mudanças existentes na legislação.

Precisamos ficar atentos e chamar a atenção ainda ao fato de que desde muito cedo vai se criando expectativas que são parte da construção do que é então tornar-se uma mulher, tornar-se um homem, mesmo com todas as mudanças que foram lentamente acontecendo no processo histórico. Dessa forma, podemos afirmar que há uma conformação conjunta do feminino e do masculino no âmbito da sexualidade e do desempenho de tarefas que se espera que sejam de mulheres ou de homens.

No entanto, não se trata de uma questão de diferenças, mas de uma questão de como os privilégios se estabelecem, ou seja, as expectativas que se tem de que as mulheres prioritariamente o trabalho doméstico e o trabalho de cuidado no modo de organização atual da nossa sociedade, elas implicam desvantagens profundas para as mulheres e são partes do circuito que tornam suas vidas especialmente vulneráveis sobretudo às vidas das mulheres trans e negras. É nesse sentido que podemos observar no gráfico abaixo que 100% das mulheres trans aqui pesquisadas não possuem trabalho formal.



ARANHA, 2023. *Violência Econômica e Extra Econômica: Uma análise das violências contra Travestis e Transexuais na Cidade de São Paulo.*

### **2.3. Embates da Divisão Sexual do Trabalho e a Exploração no mundo do Trabalho**

A divisão do trabalho no interior de uma nação gera, antes de mais nada, a separação entre trabalho industrial e comercial, de um lado, e agrícola, de outro; e, com isso, a separação entre cidade e campo e a oposição de seus interesses (MARX e ENGELS, 2007, p. 12).

Com essa divisão de trabalho, a totalidade das relações sociais divide-se entre teoria e prática, e ao observamos, isso se estende para os embates que permeiam a divisão sexual e a exploração no mundo do trabalho, como veremos mais à frente.

Pensar a temática de reflexão acerca das “relações sociais de sexo” e de “raça”/etnia são elementos indispensáveis para entendermos a exploração do mundo do trabalho, especialmente, no que se denomina como “trabalho desvalorizado” ou “trabalho considerado feminino”. Neste sentido, começamos a aprofundar a temática sobre a divisão sexual do trabalho que aqui, entendemos como questão central para discutir gênero e desigualdades. Vale a pena intensificar tal reflexão no que diz respeito às relações de trabalho, desigualdades e desvantagens das mulheres cis e trans, e que não se estabelecem apenas no gênero. Assim, podemos afirmar que é conectando gênero, classe e raça que vamos percebendo que as mulheres não são excluídas do mercado de trabalho, mas entram em condição de desvantagem. Já no caso de mulheres trans é visivelmente perceptível além da condição de desvantagem, a desigualdade social.

Nesse sentido, podemos observar que essa desvantagem vai sendo reproduzida no âmbito institucional e reproduzida por um cotidiano que conta com papéis diferentes de homens e mulheres e que qualifica o trabalho de homens e mulheres de maneira muito distinta. Isso, é particularmente relevante quando se pensa na posição de mulheres negras que são a maioria que exercem trabalhos precarizados e são aquelas que chefiam os

lares com menor renda no Brasil. Ressaltamos ainda, conforme nos apresenta o Dieese sobre o contingente feminino, desocupada ou que buscou colocação no mercado de trabalho em 2021, aumentou em relação a 2019: 564 mil mulheres a mais procuraram uma vaga, das quais 285 mil eram negras. Então observamos que não se trata de pensar as mulheres apenas na vida doméstica, mas de entender como se articulam posições na vida doméstica e pública que tem a ver como o circuito da precarização do trabalho e da desvalorização da vida que se estabelece.

Ao pensarmos em divisão sexual do trabalho precisamos ter claro que é uma questão de gênero. As mulheres ainda dedicam o dobro do tempo semanal a atividades domésticas, ao cuidado de filhos e pessoas idosas do que o tempo dedicado pelos homens. Tudo isso vai se construindo socialmente e diz muito sobre como organizamos a vida no cotidiano. É uma discussão que tem consequências para além do cotidiano doméstico. Uma vez que, dedicando mais tempo a tarefas domésticas as mulheres tem menos tempo para se dedicar por exemplo à política, estudos e sociabilidades, fazendo com que essa sobrecarga resulte em menos energia para demais atividades. A divisão sexual do trabalho doméstico também é elemento muito importante e essencial para se entender que a renda média das mulheres hoje, permanece cerca de 25% menor que a dos homens no momento em que elas tem maior acesso à educação formal, ou seja, não é possível utilizar como argumento que a renda menor guarda memória de quando as mulheres eram menos formalmente capacitadas para o exercício profissional. Ela não guarda uma memória desse tempo, ela é uma atualização de responsabilização desigual por outros aspectos da vida como o trabalho doméstico, cuidado dos filhos e o papel de cuidado que foi introduzido socialmente. Ainda sobre essa renda desigual do trabalho vale ressaltar que tem relação sobre tudo com alguns aspectos das relações de gênero.

Dessa forma, percebe-se que a produção do gênero se dá nas relações de trabalho, ou seja, a divisão sexual do trabalho é um lócus fundamental na produção do gênero e isso talvez cause uma estranheza pois as pessoas tem mais contato com uma literatura que situa a produção

do gênero no âmbito da sexualidade e de fato esse é um âmbito da produção do gênero, mas é importante resgatar o fato de que os sentidos do feminino e masculino e mesmo a construção binária tem uma relação estreita com as expectativas que se tem das responsabilidades que devem ser assumidas, das tarefas que devem ser desempenhadas por mulheres e por homens. Isso evoca um problema fundamental que é o da socialização das meninas e meninos. Desde muito cedo essas expectativas são parte da construção do que é então tornar-se uma mulher, tornar-se um homem, mesmo com todas as mudanças que aconteceram. Dessa forma, podemos afirmar que há uma conformação conjunta do feminino e do masculino no âmbito da sexualidade e do desempenho de tarefas que se espera que sejam de mulheres ou de homens. No entanto, não se trata de uma questão de diferenças, mas de uma questão de como os privilégios se estabelecem, ou seja, as expectativas que se tem de que as mulheres prioritariamente o trabalho doméstico e o trabalho de cuidado no modo de organização atual da nossa sociedade, elas implicam desvantagens profundas para as mulheres e são partes do circuito que tornam suas vidas especialmente vulneráveis sobretudo às vidas das mulheres negras.

Na discussão entre gênero e questão social a divisão sexual do trabalho é uma questão central para discutir suas complexidades com olhar voltado às desigualdades. As relações de trabalho das mulheres e mulheres trans, não se estabelecem apenas no e por conta do gênero.

Ao realizar uma breve análise do cotidiano e o processo de sociabilidade, entre gêneros, podemos afirmar que é de fato necessário conectar gênero, classe e raça para perceber que as mulheres não são completamente excluídas do mercado de trabalho, ao mesmo tempo não podemos negar que as mesmas estão historicamente em condição de desvantagem. Já no caso de mulheres trans é visivelmente perceptível a desigualdade social.

A divisão sexual do trabalho produz e reproduz a assimetria entre práticas femininas e masculinas, constrói e reconstrói

mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produz e reproduz a subordinação do gênero dominação. (SOUZA-LOBO 2011, p. 174)

Algo interessante é que a desvantagem vai sendo reproduzida no âmbito institucional e reproduzida por um cotidiano que conta com papéis diferentes de homens e mulheres e que qualifica o trabalho de homens e mulheres de maneira distinta gerando assim um ciclo que fortalece o impacto da divisão sexual do trabalho.

Duas categorias precisam ser levadas em consideração no processo da divisão sexual do trabalho. A hierarquia e a separação: no contexto histórico podemos ver que ambas são passíveis de transformação e vão agregando valores e maiores valores ao trabalho de homens e diferenciando o que é conhecido e reforçado como trabalho de homem e trabalho de mulher.

Neste sentido, precisamos evidenciar que quando falamos em divisão sexual do trabalho, não se trata apenas de trabalhos que são diferentes segundo o sexo, e sim hierarquicamente distintos e vão se desdobrando e se expressando nas desigualdades existentes, como temos visto hoje por exemplo, nas carreiras, nas qualificações profissionais e nos salários entre os sexos.

Ao realizarmos uma breve análise, vemos que as mulheres ainda dedicam o dobro do tempo semanal a atividades domésticas, cuidado de filhos, cuidado de pessoas idosas do que o tempo dedicado pelos homens. Isso diz muito sobre como organizamos a vida no cotidiano. É algo que tem consequências para além do cotidiano doméstico. Uma vez que, dedicando mais tempo a tarefas domésticas as mulheres tem menos tempo para se dedicar por exemplo ao aprimoramento profissional, pesquisas acadêmicas dentre outros.

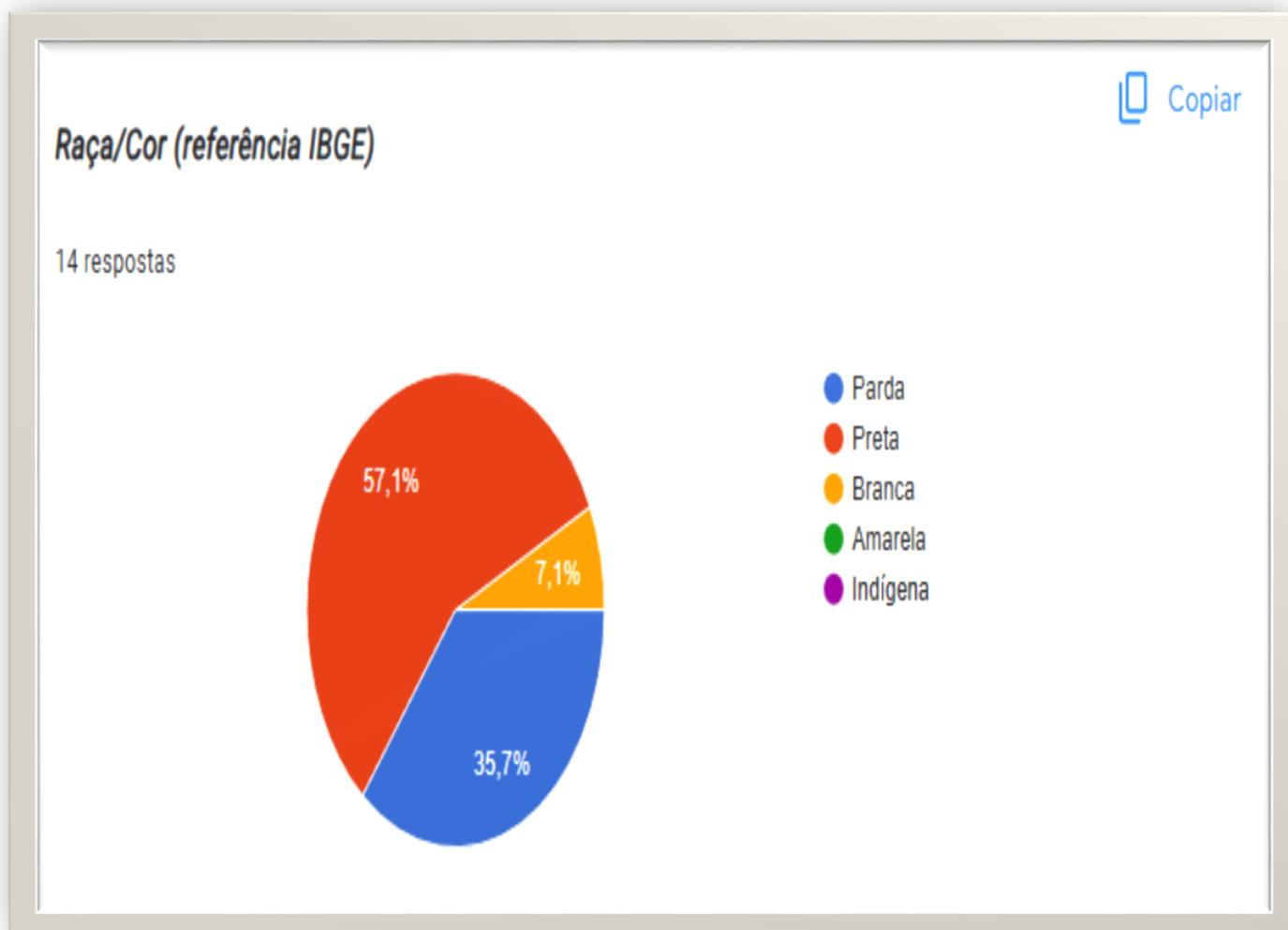
Conforme Cisne e Santos, 2018 quando falamos em divisão sexual do trabalho, é importante não limitá-la ao binarismo de gênero, homem x mulher, mas também compreender que outros elementos compõem as relações sociais

de sexo, como a orientação sexual e outras expressões de identidades de sexo que vão além do binarismo, como por exemplo as pessoas trans.

Nesse sentido, considerar algumas dimensões que se associam às relações sociais de sexo que, por sua vez estruturam de forma diferente e a exploração do trabalho, nos leva a compreender que alguns nichos de trabalho são marcados por uma presença de LGBTQIAPN+ por exemplo. Com isso, a orientação sexual imprime um processo que condena homossexuais a profissões para as quais ser gay é aceitável ou recomendável, a exemplo de cabeleireiro, maquiador, esteticista. No tocante a sexualidade, mais especificamente a orientação sexual, é componente da divisão sexual do trabalho. As chamadas identidades de sexo/gênero também promovem mediações na estruturação dessa divisão sexual do trabalho. Assim é que travestis e trans, por exemplo, também são aceitas em determinadas profissões. Vejamos então que todas as transgressões vão associar-se a profissões também consideradas femininas, logo, socialmente desvalorizadas.

Pensando ainda pelo lado do método materialista histórico-dialético, nos cabe ainda problematizar, em uma perspectiva de totalidade, que as relações sociais de sexo (incluindo sexualidade) e as étnico-raciais conformar as classes sociais.

Dessa forma, reforçamos mais uma vez que classe, raça e sexo são indissociáveis para que possamos fazer análise de qualquer fenômeno social nesta sociedade, como podemos observar no gráfico abaixo. Vale ainda ressaltar que ao longo do período histórico, apesar de presente as temáticas foram frequentemente tratadas separadamente. Mas precisamos reforçar que, a classe, além de ter sexo, possui raça/ etnia, e essas dimensões imprimem condicionalidades que estruturam de forma diferente as vivências das formas de exploração e opressão nesta sociedade.



ARANHA, 2023. *Violência Econômica e Extra Econômica: Uma análise das violências contra Travestis e Transexuais na Cidade de São Paulo.*

## 2.4. Violência de Gênero e a LGBTQIAPN+fobia no Brasil

Para falar sobre o cenário, entendemos que vale uma breve caracterização da LGBTfobia, seus aspectos mais gerais no Brasil e no mundo e, por fim, o seu recrudescimento com o (des) governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, a partir de 2018.

Parte-se do pressuposto que o pensamento sobre LGBTfobia, bem como acerca da sexualidade e a maneira como eles se traduzem, depende da cultura, da ideologia, da política e da moral de cada época histórica. A LGBTfobia se trata de uma expressão construída socialmente, a partir do pensamento econômico, social e político hegemônico de cada momento histórico, isso porque as formas de agir e pensar não surgem por acaso e nem são naturais, mas são mutáveis, por se tratarem de relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres, ancoradas na ideologia dominante do período histórico que vivenciam.

Muitas foram as transformações sofridas na maneira de se pensar e agir em relação à sexualidade na sociedade. Sabe-se que algumas características vão se mantendo por diversos períodos históricos, outras estão em constante modificação, mas a essência desses pensamentos e suas expressões são construídos, de acordo, com uma dada ordem social, de valores tradicionais que vão contra qualquer progresso na direção da emancipação dos seres humanos e no combate às transformações profundas que sustentam a essa estrutura. Entendendo a importância de pautar constantemente o debate, este trabalho se propõe a refletir no espaço acadêmico sobre os crimes de ódio, com foco na LGBTfobia.

O preconceito contra a sexualidade é histórico, enraizado socialmente e internalizado ideologicamente, muitas vezes, de modo perverso, até por lésbicas, gays, travestis, transexuais e bissexuais. A sociabilidade vigente alimenta a reprodução desta forma de opressão. “A homofobia e demais fobias estendidas a quem não é heterossexual expressa uma forma ideológica que se estrutura como força material capaz de dizimar a vida humana apartando-a de sentido e privando-a de liberdade” (SANTOS, 2005, p. 26).

Os esforços políticos para promover os direitos das pessoas LGBT's remontam a Europa do século XIX. Contudo, foi depois da Segunda Guerra Mundial, nos EUA, que grupos se organizaram para contestar a discriminação, embora de maneira discreta e pouco intrusiva. Santos (2005), nos diz que, em 1969, um incidente violento entre a polícia e os frequentadores gays e travestis de um bar em Nova York, chamado *Stonewall*, iniciou uma nova fase do ativismo. Acontecimentos semelhantes emergiram na esteira dos eventos de maio de 1968, na Europa, apontando para uma militância visível. A partir da década de setenta, principalmente, nos anos oitenta e noventa do século XX, no Brasil, intensificam-se os movimentos sociais em torno da liberdade de orientação sexual.

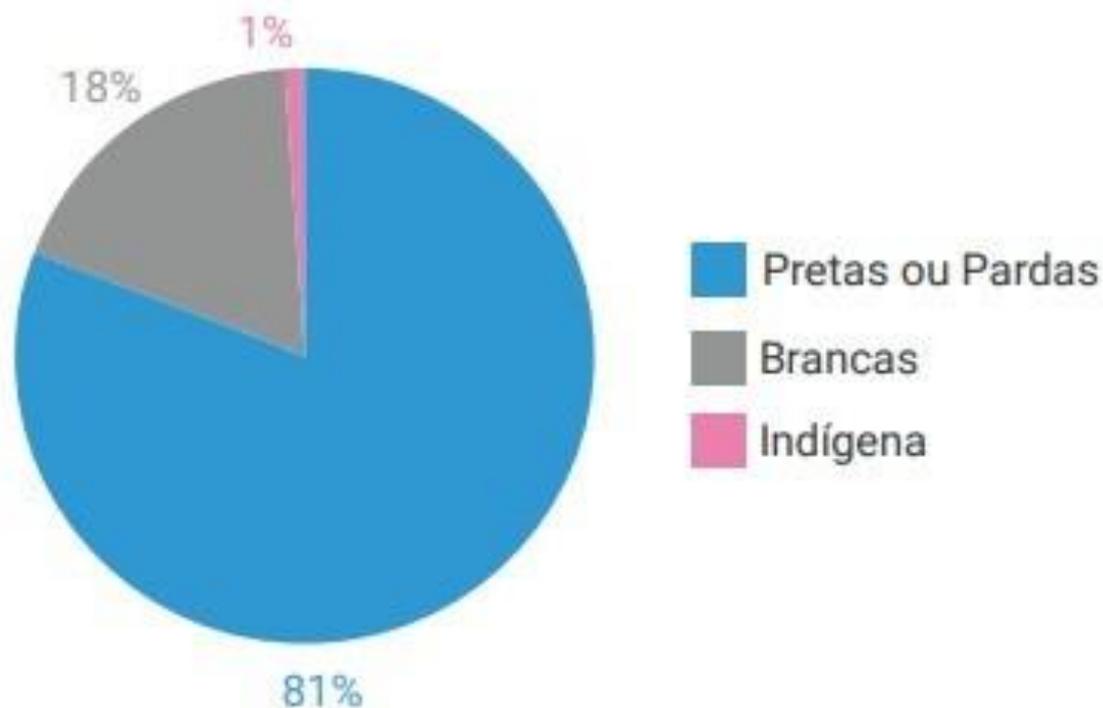
A relação do movimento LGBT com o executivo brasileiro teve início, mesmo que de maneira tímida, no governo Fernando Henrique Cardoso e que experimentou o seu auge no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Entretanto, a presidenta Dilma Rousseff, diante da ofensiva conservadora organizada pelo Congresso Nacional, através da bancada evangélica optou por se distanciar dessas pautas. Contudo, em alguns momentos, como em 2013 e em 2014, o governo e a própria Dilma saíram em defesa pública de pautas e reivindicações LGBT's. É preciso ainda levar em consideração que até Michel Temer, que tinha na bancada evangélica, uma das principais bases de apoio, não deixou de reconhecer e mesmo atender algumas pautas pontuais da população LGBT.

De acordo com Toitio (2019), no governo Bolsonaro, a partir de 2018, esse processo de recuos e avanços nas conquistas esgarçou-se radicalmente, de tal modo que o próprio Executivo se tornou agora o principal inimigo da luta pela diversidade sexual e de gênero. O autor nos diz, ainda, que não poderia ter sido diferente, pois Jair Bolsonaro encontrou na militância contra as políticas e os direitos LGBT's a principal forma de obter visibilidade política. Bolsonaro antes era conhecido por defender a ditadura militar e fazer apologia à violência e à violação dos direitos humanos, mas foi no enfrentamento às políticas LGBT's, desenvolvidas a partir do governo Lula, que conseguiu aumentar a sua base eleitoral. O absurdo da "fake news" em torno do "kit gay" foi o bastante para

inflamar a militância bolsonarista e reiterar os discursos homofóbicos do antigo deputado.

O cenário culminou em um Brasil cada vez mais repleto de aversão, discriminação, intolerância, hostilização, violência, menosprezo, ódio, raiva, extermínio de pessoas em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero, podendo ser explícita ou não, individuais ou grupais, inclusive pensando por parte da aplicação de leis governamentais. Todas essas características e muitas outras, passaram a ser direcionadas as pessoas que não seguiam as chamadas “regras normativas da sociedade”, que claramente se apresenta como heteronormativa, cisnormativa, etc.

Existem diferentes formas de manifestação da LGBTQIAPN+fobia. Dentre elas pode-se citar: o preconceito, a difamação, a proibição a entrada e/ou permanência em estabelecimento público ou privado, a proibição da união entre parceiros homoafetivos ou a demonstração de carinho em público, a não contratação, a negação para a utilização do banheiro de acordo com o gênero de identificação, a violência verbal, sexual, psicológica, desprezo, isolamento, invisibilidade, negação de direitos, humilhação, perseguição, chantagem, enfim. Mas o que atinge essas pessoas da maneira mais voraz é a violência física: bater; praticar lesões corporais; torturar; e matar. Cabe enfatizar que entre a população LGBT, a que mais sofre em relação à perda da vida é o público transexual, no qual em 2021 tivemos pelo menos cento e quarenta assassinatos de pessoas trans no país, além do fato de mais de 80% das vítimas serem pretas ou pardas, conforme Benevides (2021) nos apresenta nos dados dos gráficos abaixo, retirados do Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. Além disso, a forma como essas mortes ocorrem, em sua maioria por tiros, facadas, espancamentos e estrangulamentos, confirma a severidade, classificando-os como crimes de ódio, onde se entende que a principal motivação ocorre pela orientação afetiva e sexual, pela cor, debate este que não aprofundaremos neste momento, apesar de considerarmos a relevância das discussões e entendermos que não é possível desmembrar classe, raça e gênero, por toda a sua complexidade.

**Gráfico: Perfil das vítimas por raça e etnia em 2021 (%)**

Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

Segundo Benevides (2021), o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo. Se tratando de números absolutos, São Paulo foi o estado que mais matou a população trans em 2020, com 29 assassinatos e contando com aumento de 38% dos casos em relação a 2019, seguido do Ceará, com 22 casos, com um aumento em 100% do número de assassinatos, da Bahia, com 19 casos e aumento de 137,5%, de Minas Gerais, com 17 casos e do Rio de Janeiro, com 10 casos e um aumento de 43%. O que nos leva a refletir: diante de todas as notícias diariamente, será que todos os assassinatos desse público são notificados no nosso país? Entende-se que não. É preciso mencionar um grande problema: a falta de dados e/ou subnotificações governamentais, o que comprometem a exposição real da situação no país, tendenciando a exposição irreal do cenário vivenciado. Este fato se soma a ausência de ações de enfrentamento da violência contra essas pessoas e vem auxiliando, por exemplo, na queda da expectativa de vida de pessoas LGBT's no Brasil.

Entende-se, que hoje a população LGBTQIAPN+ é o principal grupo vitimado pelas mortes violentas intencionais no Brasil e é preciso além de denunciar a violência, explicitar a necessidade de políticas públicas e legislações focadas para contribuir com a redução desses homicídios.

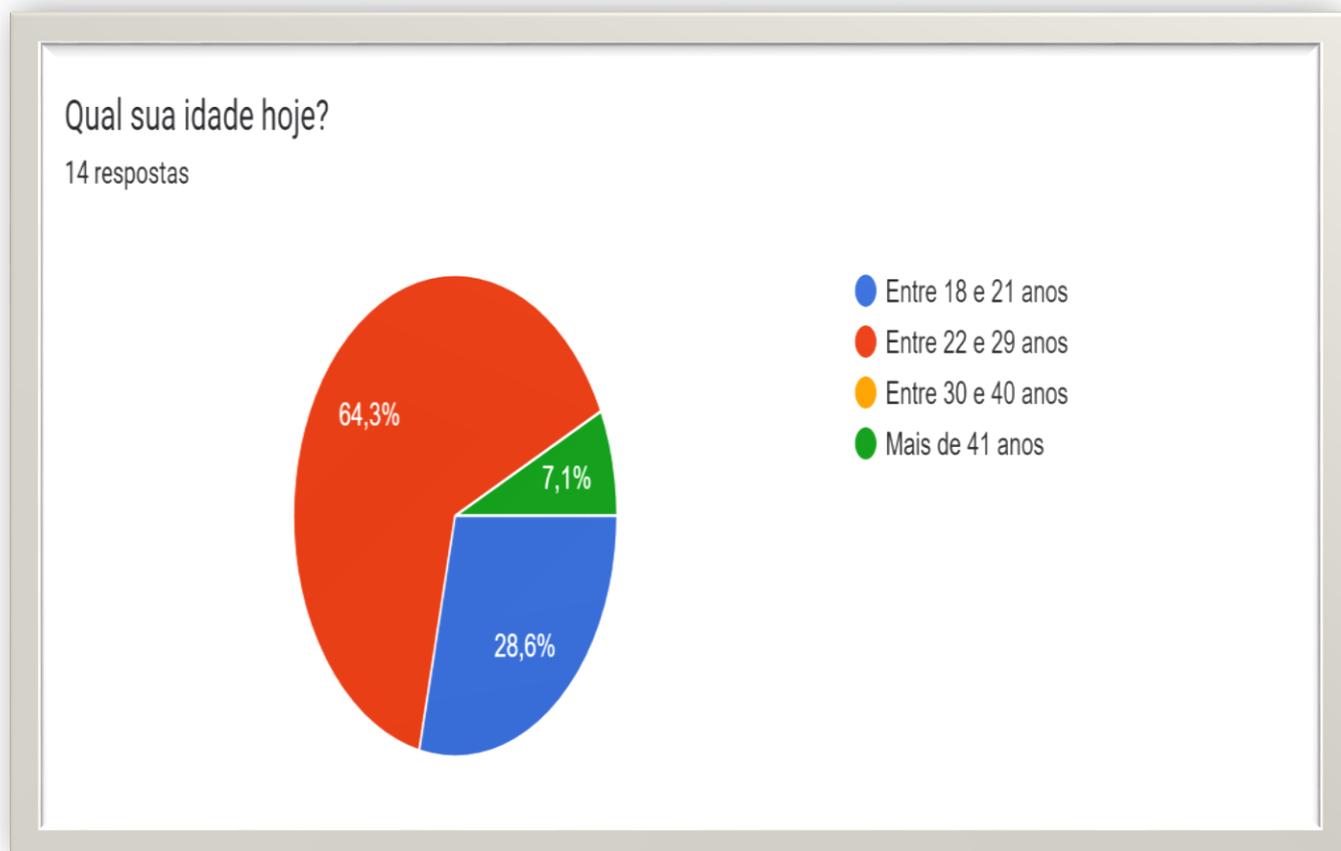
As legislações direcionadas com esse objetivo no Brasil, se demonstram tímidas. Em 2019, o Supremo Tribunal Federal determinou que a discriminação contra pessoas LGBTQIAs fosse enquadrada nos crimes previstos na Lei n.º 7.716/1989, chamada Lei do Racismo, até que uma norma específica fosse aprovada pelo Congresso Nacional, o que não ocorreu até dezembro de 2022 (BRASIL, 2020).

O Supremo Tribunal Federal em 2019 entendeu que houve uma omissão inconstitucional do Congresso Nacional por não editar lei que criminalize atos de homofobia e de transfobia no país. Entenderam que houve demora do Congresso Nacional para incriminar atos atentatórios a direitos fundamentais dos integrantes da comunidade LGBT.

Apesar disso, já existiram movimentos para tal aprovação, como o polêmico projeto de lei conhecido como Lei Anti-homofobia, que tinha como objetivo criminalizar a homofobia e foi arquivado após passar oito anos no Senado sem obter aprovação. Isto ocorreu, pois para algumas entidades cristãs o projeto feria a liberdade religiosa e de expressão por prever cadeia para quem criticasse publicamente a homossexualidade, o que não nos parece constar no projeto. Enquanto isso, pequenos reconhecimentos são comemorados pela comunidade LGBT após muitas lutas, como, por exemplo, a decisão do Supremo Tribunal de Justiça, em abril de 2022, colocando a Lei Maria da Penha aplicável às mulheres trans, como o primeiro precedente sobre o tema nos tribunais superiores.

É importante expor a perversidade dos crimes de ódio identificados a partir da construção desta pesquisa, tanto no viés individual, como motivado de forma coletiva ou por instituições que deveriam proteger a sociedade. Um marco na década de setenta e oitenta foi o extermínio e perseguição das travestis na “operação tarântula”, quando a polícia agia caçando as travestis para eliminá-las da rua. Trazendo para atualidade e que entendemos ser de extrema importância para essa discussão é a questão da estimativa de

vida. Hoje a estimativa de vida de uma pessoa trans é de 35 anos. Esta é uma média que vai diminuindo conforme os marcadores que constituem a pessoa se mostram presentes nas cicatrizes que ela carrega em seu corpo. Ser negra, mulher trans ou travesti, periférica, do interior, faz esta média cair muito. Observando ainda a pesquisa realizada aqui, podemos observar que, apenas 7,1% das sujeitas pesquisadas possuem mais de 41 anos, o que significa que essa população não chega aos acolhimentos por não conseguirem chegar vivas nessa idade.



ARANHA, 2023. *Violência Econômica e Extra Econômica: Uma análise das violências contra Travestis e Transexuais na Cidade de São Paulo.*

Outro fato importante noticiado, foi a prisão de uma transexual em uma unidade masculina, tendo seu cabelo raspado em Arapongas. Além dos diversos casos, como de Lorena Muniz, mulher trans que foi abandonada inconsciente dentro de uma clínica de estética em chamas até a morte, de Chiara, morta com duas facadas e jogada do sétimo andar de um prédio, de Laura Vermont, morta a socos e pauladas em uma briga, de Plínio Henrique,

esfaqueado e morto na Avenida Paulista, em São Paulo, de Luana Barbosa dos Reis, espancada e morta por policiais sobre os olhos do filho. São muitos nomes, mais que isso, são muitas vidas que todos os dias, parafraseando Emicida na música “Amarelo”, “tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro, ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro<sup>10</sup>”.

---

<sup>10</sup> Trecho da música de Belchior na versão do Emicida AmarElo, cantada por Emicida, Majur e Pablo Vittar.

**CAPÍTULO 3 – OS CAMINHOS DA PESQUISA:** Entre o universo e as perspectivas, o sujeito como central



Foto 4 – Brenda Lee – Travesti que inaugurou a primeira casa de apoio para travestis e transexuais na década de 80 em São Paulo

**Fonte – Casa de Apoio Brenda Lee.**

*A pesquisa científica caracteriza-se pelo esforço sistemático de – usando critérios claros, explícitos e estruturados, com teoria, método e linguagem adequada – explicar ou compreender os dados encontrados e, eventualmente, orientar a natureza ou as atividades humanas” Chizzotti, 2014*

Para a realização desta pesquisa, buscamos abordar a reflexão de diversos estudiosos da matéria, mais especificamente e nos apoiando em fontes que tratam diretamente sobre as violências contra o público de travestis e transexuais, sempre com o foco nos pensadores que abordam ainda a temática da pesquisa científica. Aqui mais especificamente podemos dizer que o caminho científico que percorrido para analisar a realidade estudada foi o materialismo histórico dialético, levando em consideração a análise da totalidade.

Minayo (2007) afirma: “É esse caráter de abrangência, que tenta, de uma perspectiva histórica, cercar o objeto de conhecimento por meio da compreensão de todas as suas mediações e correlações, constituindo a riqueza, a novidade e a propriedade da dialética marxista.”

A autora afirma que a dialética refere-se ao método de abordagem da realidade, reconhecendo-a como processo histórico e dinâmico. “A dialética é a estratégia de apreensão e de compreensão da prática social empírica dos indivíduos em sociedade (nos grupos, classes e segmentos sociais)[...]”(idem, p.108).

Vale ressaltar que inicialmente o caminho metodológico escolhido para esta pesquisa seria o da abordagem qualitativa, uma vez que buscamos identificar e analisar os significados contidos nas trajetórias dos sujeitos, isto é, aquilo que os sujeitos têm a dizer a respeito da experiência de ser travestis e transexuais nesse contexto de violência.

Segundo Minayo, quando se opta pela pesquisa qualitativa, o que se pretende é dar respostas a algumas questões particulares e trabalhar com o “universo de significados, motivos, aspirações, valores e atitudes (...)”. (Minayo, 1994, p. 21-22).

Quanto ao instrumento metodológico de abordagem qualitativa, seria

a história oral e que após avaliação e discussões decidimos que será utilizado grupo focal. Ressaltamos ainda que o grupo focal traz elementos que difere da entrevista individual e vai se baseando na interação entre as pessoas para obter os dados necessários à pesquisa.

Pensando ainda na formação do grupo, seguimos aos critérios previamente determinados pelo pesquisador, de acordo com os objetivos da investigação, cabendo a este a criação de um ambiente favorável à discussão. Nesse sentido, a pesquisa com o grupo focal se desenvolveu inicialmente no Centro de Acolhida Especial para Travestis e Transexuais, que é o primeiro centro de acolhida em no município de São Paulo para população trans, pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e também na Casa de apoio Brenda Lee, que foi a primeira casa de acolhimento para população trans em situação de rua portadoras do vírus HIV/AIDS na década de 80.

Ressaltamos ainda que inicialmente a pesquisa seguiria pelo viés da oralidade, pois o uso da fonte oral institui-se como recurso privilegiado para trazer à tona as evidências do problema, os dados de difícil percepção, embutidos nas histórias pessoais, histórias dos grupos familiares, no cotidiano, enfim, na cultura. Porém no caminhar e desenvolvimento desta pesquisa, optamos pelo grupo focal por se tratar de uma temática que a troca entre o grupo será de extrema importância pensando no sentido da violência em seu contexto econômico.

De acordo com Latif Cassab, (1999/2000, p. 7), a metodologia da História Oral possibilita que “indivíduos pertencentes a segmentos sociais geralmente excluídos da história oficial possam ser ouvidos, deixando registradas para análises futuras sua própria visão de mundo e aquela do grupo social a que pertencem.”

E.P.Thompson, citado por Lucca (2008), nos fala sobre a “experiência” e a cultura. A junção de experiência e cultura ocorre porque, as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas com idéias, no âmbito do pensamento. “Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas”

(THOMPSON, 1981 p. 189).

Martinelli nos apresenta o pensamento de Eduard Palmer Thompson sobre “experiência” e “cultura”. O interpretar do pensamento de Thompson, explicita as principais categorias de análise por ele apresentadas para se trabalhar na perspectiva de conhecer-se o sujeito e o seu modo de vida: “**Cultura**, como viver histórico dos sujeitos, como seus modos de vida, de luta, de resistência, de trabalho, em sua experiência social cotidiana; **Consciência**, modo como os sujeitos elaboram a sua vivência, a sua experiência social cotidiana; **Experiência**, como a mais rica das possibilidades humanas, como a exploração aberta do mundo e de nós mesmos, como o fazer-se histórico dos sujeitos” (MARTINELLI, 2005, p. 119).

Iniciamos esta pesquisa por um levantamento de pesquisas já realizadas nos últimos anos, como forma de contituidade do quadro apresentando mais a frente. Apresentamos ainda um levantamento bibliográfico demonstrado por meio de planilha a seguir e manteremos o processo de construção durante todo o percurso da pesquisa. Os quadros apresentados a seguir, acreditamos que viabilize referências a respeito do objeto estudado, qual seja, **Travestis e Transexuais no contexto da violência econômica**, e apresenta ainda uma visão mais ampliada do desenvolvimento e as formas com que os capítulos serão apresentados, conforme segue:

LIVRO/ TESE/ ARTIGO	AUTOR/ AUTORA	ANO
A transexualidade na atualidade: discurso científico, político e histórias de vida	Liliana Lopes Pedral Sampaio Maria Thereza Ávila Dantas Coelho	2020
A diferença que faz a diferença: Corpo e subjetividade na transexualidade	Berenice Bento	2009
Preconceito Contra Homossexualidades: A Hierarquia da invisibilidade	Marco Aurélio Máximo Prado e Frederico Viana Machado	2012

História do Movimento LGBT no Brasil	James N. Green/ Renan Quinalha/ Marcio Caetano/ Marisa Fernandes	2018
Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social	Mirla Cisne/ Silvana Mara Morais dos Santos	2018
Mundo afora: Políticas de combate à violência e à discriminação contra pessoas LGBT	Ministério das Relações Exteriores	2015
Políticas do sexo	Gayle Rubin	2017
A História Oral na Pesquisa em Serviço Social: da Palavra ao Texto	Maria Lúcia Martinelli Neusa cavalcante Lima Amor António Monteiro Rodrigo Diniz	2019
Pesquisa Social: Teoria, método, e criatividade	Maria Cecília Minayo Suely Ferreira Deslandes Romeu Gomes	2016
Pesquisa Qualitativa em ciências Humanas e Sociais	Antonio Chizzotti	2014
Dragões: Gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda.	Marcos Roberto Vieira Garcia	2007

### Quado de levantamento bibliográfico

**TESES E DISSERTAÇÕES COM A MESMA TEMÁTICA DOS ÚLTIMOS  
10 ANOS**

<b>TEMA</b>	<b>AUTOR/AUTORA</b>	<b>ANO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Resistência Trans: Práticas sociais na construção da cidadania de Travestis e Transexuais na cidade do Recife	Cristiane Prudencio de Souza	2018	PUC SP
O cotidiano da Assistente Social com as demandas da população de travestis, mulheres transexuais e homens trans	Otto Stenke Sinigaglia	2020	PUC SP
O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de transexuais e travestis	Maria Lucia Chaves Lima	2013	PUC SP
Kleber de Mascarenhas Javas Vidas e corpos em trânsito: tráfico de travestis e transexuais brasileiras com a finalidade de exploração sexual no contexto da crise do capital. 2016	Kleber de Mascarenhas Javas	2016	PUC SP
Inserção laboral de travestis e transexuais na cidade de São Paulo: o Programa TransCidadania	Chinaira Raiazac Faria Santana	2017	PUC SP
O desafio da masculinidade subalterna na travestilidade: a dor da beleza	Marileia Catarina Rosa	2012	PUC SP
O discurso de um lugar (im)possível: considerações sobre o potencial paratópico de travestis e transexuais	Marcela Machado de Campos	2018	PUC SP
Travestis envelhecem?	Pedro Paulo Sanmarco Antunes	2010	PUC SP
"Nossos corpos também mudam":			

sexo, gênero e a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico	Jorge Leite Junior	2008	PUC SP
Políticas de morte para corpos sem lei: travestis e homens e mulheres transexuais da invisibilidade da vida ao descaso na morte	Fabio Mariano da Silva	2019	PUC SP
Conhecendo violências sofridas por travestis que vivem no centro de São Paulo	Denis Gonçalves Ferreira	2016	PUC SP
Travestilidades: trajetórias de vidas, lutas e resistências como construção de sociabilidade	Kleber de Mascarenhas Vavas	2011	PUC SP
Ditos sobre e ditos por: o rasgo afetivo das mulheres trans nos discursos midiáticos	Daniela de Queirós Picchiali	2019	PUC SP
Mulheres, mulheres trans e travestis em situação de violência na cidade de Santo André: estratégia de enfrentamento	Léa Gomes da Cruz Soares	2018	PUC SP
O trabalho de mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo	Marlon da Silva Jara	2021	PUC RS
Identidades construídas em forma de docência : desafios e perspectivas de professoras travestis e transsexuais em Rondônia	Kary Jean Falcão	2019	PUC RS
Donas de rua, vidas lixadas : interseccionalidades e marcadores sociais nas experiências de travestis com o crime e o castigo	Guilherme Gomes Ferreira	2018	PUC RS

Travestis e prisões : a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere	Guilherme Gomes Ferreira	2014	PUC RS
De tudo fica um pouco : a construção social da identidade do transexual	Esalva Maria Carvalho Silveira	2006	PUC RS
Violências contra a população LGBT: entre a distribuição e o reconhecimento	Leandro Rocha dos Santos	2018	UFRRJ
Transexualidade, rede de apoio e suas multiplicidades: do acolhimento ao protagonismo	Raissa Fernandes Ferreira	2016	UFRRJ
<b>Tenho direito de ser “Amapô”: as trajetórias de travestis e transexuais face a implementação das políticas públicas de Assistência Social e Saúde'</b>	Luiza Carla Cassemiro	2010	Mestrado em Serviço Social Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
<b>Nas margens do corpo, da cidade e do estado: Educação, saúde e violência contra travestis</b>	Maria Isabel Zanzotti de Oliveira	2015	Mestrado em CIÊNCIA SOCIAL (ANTROPOLOGIA SOCIAL) Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
<b>Narrativas da prisão: travestilidade e trajetória de vida</b>	Antonia Gabriela De	2019	Mestrado em ANTROPOLOGIA Instituição de

<b>em uma prisão lgbt</b>	Araujo Alves		Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
<b>Espaço e morte nas representações sociais das travestis e transexuais femininas</b>	Vinicius Cabral	2015	Mestrado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
<b>O trabalho sexual de mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo</b>	Marlon Da Silva Jara	2021	Mestrado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
<b>Violência e consumo de drogas em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais são paulo - sp 2015</b>	Grayce Alencar Albuquerque	2015	Doutorado em CIÊNCIAS DA SAÚDE Instituição de Ensino: FACULDADE DE MEDICINA DO ABC
<b>Mais do que rua, camisinha e gel: TransCidadania, a experiência de um programa para travestis e transexuais na Cidade de São Paulo</b>	Michelle Borges Miranda	2018	Mestrado em Mudança Social e Participação Política Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
<b>Entre os estigmas e a</b>			Mestrado em Serviço Social,

<b>desconstrução: reflexões sobre o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e a identidade de gênero de travestis e de transexuais</b>	Jessyca Barbosa Duarte	2017	Trabalho e Questão Social Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
<b>DEUS é para todos? Travestis, inclusão social e religião</b>	Luiz Alberto Faria Ribeiro	2009	Mestrado em Serviço Social Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
<b>A violência contra travestis e transexuais mulheres a partir de uma perspectiva analítico-comportamental</b>	Maria Beatriz Carvalho Devides	2018	Mestrado em ANÁLISE DO COMPORTAMENTO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
<b>Políticas Públicas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no ensino superior: Um estudo de caso da Universidade Federal Da Integração Latino-Americana</b>	Karen Susan Silva Pitinga Da Rosa	2020	Mestrado em Humanidades, Direitos e outras Legitimidades Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
<b>Morra para se libertar: estigmatização e violência contra</b>	Valeria Melki Busin	2015	Doutorado em PSICOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino:

<b>travestis</b>			UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
<b>O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de transexuais e travestis</b>	Maria Lucia Chaves Lima	2013	Doutorado em PSICOLOGIA (PSICOLOGIA SOCIAL) Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Pesquisar sobre as travestis e transexuais na cidade de São Paulo nos liga diretamente enquanto pesquisador com o processo de sociabilidade de cada uma das sujeitas, e cabe ressaltar que não é um movimento simples. Pensar a sociabilidade dos sujeitos pressupõe um movimento complexo, que perpassa aos diversos questionamentos que conectam o pesquisador e a vida social e singular de cada pessoa envolvida. A pesquisa nos leva ao processo de questionamento em diversos níveis das realidades e que muitas vezes se dão por naturalizadas. Nesse sentido, concordamos com Arregui ao afirmar que:

Na pesquisa construímos perguntas porque problematizamos aquilo que aparece como naturalizado, porque sabemos que o cotidiano carrega dinâmicas e contradições que precisam ser compreendidas e explicadas. Interrogamos a realidade, tendo como pressupostos referências e princípios ético-políticos que nos mobilizam em torno de parâmetros analíticos e horizontes de intervenção, na direção de uma sociabilidade mais justa, mais igualitária. (ARREGUI, 2018).

Quando pensamos a pesquisa na perspectiva das indagações, começamos a entrar numa busca direta por respostas que possam dar as explicações necessárias a responder as diversas determinações históricas que nos colocam em contato com as relações sociais. Neste caso, a pesquisa aqui apresentada tem como objetivo intervir numa realidade que o cotidiano nos apresenta de forma cada vez mais peculiar.

A pesquisa, portanto, tem como atividade peculiar o propósito de desvendar esse jogo de luzes e sombras e descobrir o fundamento oculto das coisas, de forma a observar e evidenciar os processos que nelas ocorrem. (ARREGUI, 2018. p.44).

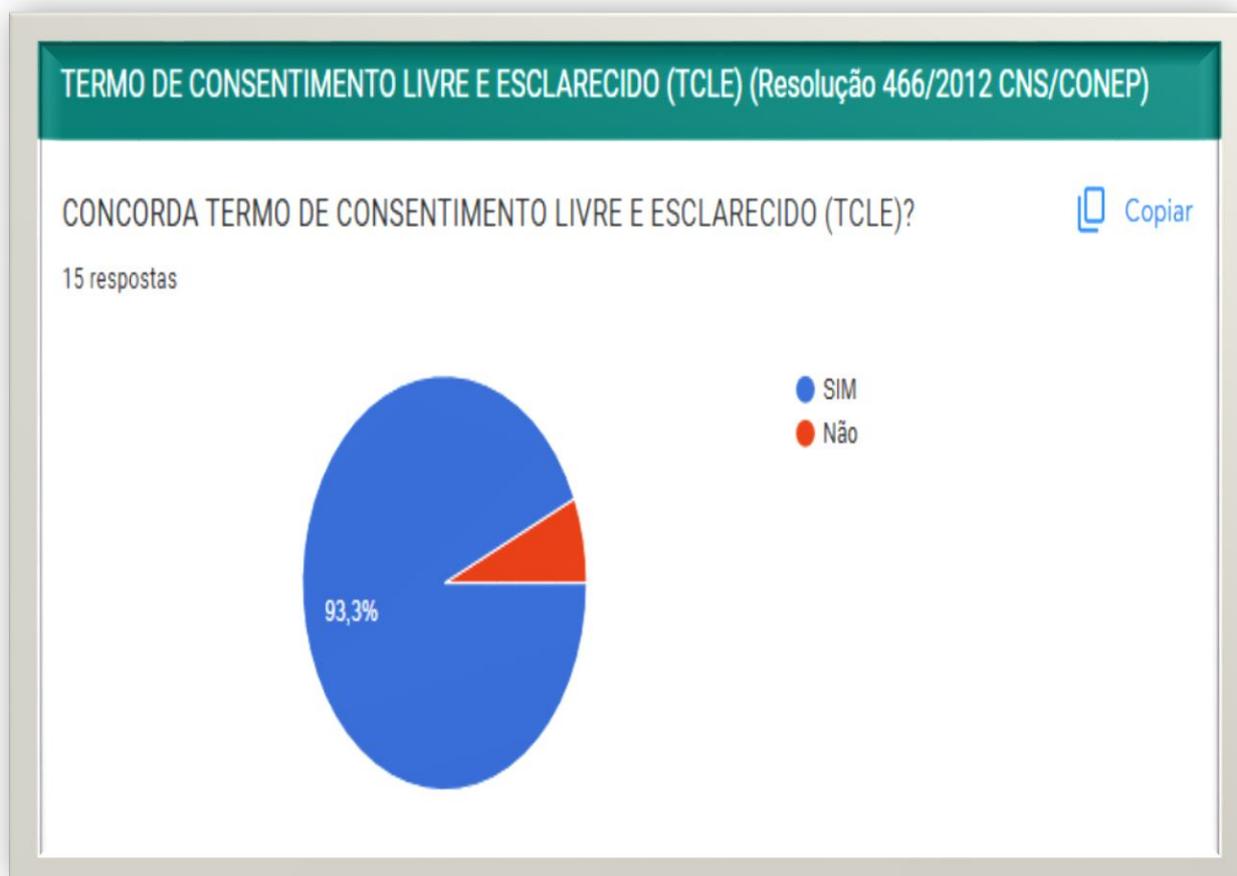
Nesse sentido, pensando a pesquisa como esse jogo de luzes e sombras, é que começamos a adentrar nos caminhos percorridos e as perspectivas que nos foram embasando visando assim a transformação da vida cotidiana das sujeitas, dos grupos sociais e de como o processo de pesquisa foi se movimentando de acordo com o tempo e espaços de cada local aqui tido como território de pesquisa.

Pensar a pesquisa, nesse contexto de caminho percorrido, nos remete ao inclusive como vimos no capítulo anterior, sobre o cenário e tempo que vivemos no Brasil nos últimos anos. Se observarmos a pesquisa por este ângulo, percebemos que o cenário foi se desenvolvendo de forma absolutamente precarizada, haja visto os desmontes que vivenciamos em diversas esferas. Dentre esses podemos evidenciar os ataques à classe trabalhadora, a retirada de direitos trabalhista a superploração da população e que reforçam, como vimos no capítulo primeiro desta dissertação o processo de violência econômica, que causam impactos também no cenário de pesquisas no Brasil.

Conforme Arregui (2018) esses processos de supressão de direitos que se dão num contexto cada vez mais antagônico à concepção de direitos humanos, se expressam nos mais diversos tipos de violências e aqui nesta

pesquisa, evidenciamos as violências contra a população LGTB, mais especificamente do público de travestis e transexuais que vivem em situação de rua na cidade de São Paulo utilizando o CAE -Centro de Acolhida Especial<sup>11</sup>, como espaço de moradia.

Quando se propõe a realizar uma pesquisa, o pesquisador precisa estar completamente conectado com o campo de atuação onde a pesquisa se desenvolverá. Nessa perspectiva, podemos afirmar que é nesse processo que o mesmo consegue se relacionar com os/as sujeitos/as. Para iniciar o processo de pesquisa no campo, resolvemos primeiramente realizar uma roda de conversa com as sujeitas dessa pesquisa, esclarecendo do que se tratava qual era a temática aqui proposta. Nesse sentido, na sequência, encaminhamos o termo de consentimento para assinaturas que gerou a seguinte resposta:



ARANHA, 2023. *Violência Econômica e Extra Econômica: Uma análise das violências contra Travestis e Transexuais na Cidade de São Paulo.*

<sup>11</sup> Centro de Acolhida Especial para Mulheres Transexuais (CAE) é responsável pela construção da autonomia. Funciona 24h por dia, atende mulheres de todas as idades, a partir dos 18 anos em todas as situações de vulnerabilidade.

### 3.1. UM LUGAR PARA CHAMAR DE SEU: A caracterização do Universo Pesquisado: CAE e Brenda Lee

Ao pensar no processo de pesquisa e conforme vimos anteriormente sobre a relação que é estabelecida entre o pesquisador e o campo de atuação da pesquisa, entendemos que neste momento se faz necessária uma breve caracterização do local onde se desenvolveu esse processo.

A cidade de São Paulo, conta hoje com alguns serviços e projetos específicos voltados ao atendimento especializado para a população LGBTQIAPN+, neste sentido, podemos citar alguns que são primordiais na construção da política pública e social para travestis e transexuais, conforme veremos no quadro abaixo:

<b>Política</b>	<b>Região</b>	<b>Serviço</b>	<b>Público</b>	
<b>SAÚDE</b>	<b>Centro</b>	Centro de Referência de Saúde Integral para População de Travestis e Transexuais Janaina Lima	Travestis e Transexuais	
		UBS República	LGBTQIAPN+	
		CTA Henfil (Henrique de Souza Filho)	LGBTQIAPN+	
			SAE Campos Elíseos	LGBTQIAPN+
	<b>Norte</b>		SAE Nossa Senhora do Ó	LGBTQIAPN+
			CTA Pirituba	LGBTQIAPN+
			SAE Santana (Marcos Lottenberg)	LGBTQIAPN+
	<b>Sul</b>		SAE Santo Amaro (Dra. Denize Dornelas de Oliveira)	LGBTQIAPN+
			CTA Santo Amaro (Paula Legno)	LGBTQIAPN+
			SAE Cidade Dutra	LGBTQIAPN+
	<b>Leste</b>		CTA Cidade Tiradentes	LGBTQIAPN+
			CTA Dr. Sérgio Arouca (Itaim Paulista)	LGBTQIAPN+
			SAE São Mateus	

			LGBTQIAPN+
<b>Assistência Social</b>	<b>Centro</b>	Centro de Acolhida Especial (CAE) para Mulheres Transexuais	Travestis e Transexuais
	<b>Norte</b>	Centro de Acolhida Especial (CAE) para Mulheres Transexuais	Travestis e Transexuais
		Centro de Acolhida para adultos preferencialmente para homens transexuais	Homem Trans
	<b>Sul</b>	Centro de Acolhida Especial (CAE) para Mulheres preferencialmente pessoas transexuais	Travestis e Transexuais
<b>Direitos Humanos</b>	<b>Centro</b>	Centro de Referência e Defesa da Diversidade Brunna Valin	LGBTQIAPN+
	<b>Norte</b>	Centro de Cidadania LGBTI Luana Barbosa dos Reis	LGBTQIAPN+
	<b>Sul</b>	Centro de Cidadania LGBTI Edson Neris	LGBTQIAPN+
	<b>Leste</b>	Centro de Cidadania LGBTI Laura Vermont	LGBTQIAPN+

Levando em consideração a planilha acima e a realidade dos serviços ofertados, podemos observar durante o processo de pesquisa que na cidade de São Paulo, quando a discussão é realizada para a população LGBTQIAPN+, o maior número de serviços e investimentos são destinados à questão de saúde, o que ao nosso ver reforça um estigma de violência que enfatiza que discutir população LGBTQIAPN+ e mais especificamente a população trans conectar diretamente a epidemia dos anos 80 no auge da AIDS, o que reforçamos que na discussão sobre direitos humanos esse não pode ser o viés na construção de políticas de humanitárias. Entendemos que a atuação da saúde naquele momento foi fundamental para o enfrentamento da epidemia, mas com foco na população em geral e não apenas LGBTQIAPN+.

No que tange a pesquisa ao processo de pesquisa e evidenciando a Cidade de São Paulo, decidimos que essa pesquisa se desenvolveria em dois locais diferentes e de grande importância para o movimento

LGBTQIAPN+ que atendem especificamente o público de travestis e transexuais. A casa de Apoio Brenda Lee e o Centro de Acolhida Especial para mulheres trans. A escolha desses dois espaços se deu por se tratar por um lado de um viés mais ligado a política pública de saúde e outro por estar ligado diretamente a política de assistência social na qual nos aprofundaremos mais à frente sobre cada um e seus respectivos trabalhos e ações desenvolvidas, com ênfase nos impactos nas vidas das sujeitas dessa pesquisa.

### **CAE: Centro de Acolhida Especial para Mulheres Transexuais:**

O CAE é o Centro de Acolhida Especial para Mulheres Transexuais disponibilizados pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS em São Paulo. Oferece acolhimento provisório para 30 mulheres travestis e transexuais para pernoite em espaço com estrutura para acolher com privacidade pessoas adultas, aqui mais especificamente travestis e transexuais em situação de rua, a partir dos 18 anos, respeitando o perfil de cada pessoa, bem como sua orientação sexual. No que se refere ao público atendido, percebemos que se destina a Pessoas em situação de rua, que se identifica como travestis ou transexuais.

No que se refere aos objetivos do CAE, o principal é acolher e garantir proteção integral às pessoas trans em situação de rua, contribuindo para a reinserção social.

Nesse sentido, observa-se ainda que o trabalho desenvolvido com a população trans acolhida busca construir o processo de saída das ruas, respeitando-se as modalidades de atendimento ou da situação da população atendida; contribuir para restaurar e preservar a integridade, autonomia e o protagonismo da população trans em situação de rua.

O Centro de Acolhida para Adultos II por 24 horas é umas das modalidades disponibilizadas pela cidade de São Paulo. Essa modalidade deve atender preferencialmente pessoas que estiverem em condições de maior fragilidade e vulnerabilidade pessoal e social. Tem o seu funcionamento ininterrupto, de domingo a domingo por 24 horas e a forma

de acesso se dá por encaminhamentos dos CRAS, CREAS, e outros serviços socioassistenciais.

Durante o processo de pesquisa, entre as visitas realizadas e os diálogos com a população atendida, observamos que o processo de inserção e desenvolvimento do trabalho ofertado são divididos em 4 eixos, sendo eles:

**1: Trabalho Social: Com** Acolhida/Recepção; Escuta; Estudo Social; Construção e acompanhamento por meio do Plano Individual de Atendimento - PIA; Orientação individual/grupal sistemática; Operacionalização de referência e contrarreferência; Acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados; Busca de contato com familiares e /ou pessoas de referência; Identificação e encaminhamento de pessoas com perfil para inserção em PTR ou BPC; Orientação para acesso a documentação pessoal; Inserção em projetos/programas de capacitação e preparação para o mundo do trabalho; Mobilização para o exercício da cidadania; Articulação e encaminhamento para a rede socioassistencial e para os serviços de outras políticas públicas; Articulação e contatos com fontes de ofertas de trabalho; Elaboração de relatórios e manutenção de prontuários.

**2: Trabalho Socioeducativo:** Desenvolvimento de atividades socioeducativas; Desenvolvimento de atividades de convívio social, estimulando a participação em atividades na rede pública e privada; Desenvolvimento de atividades que estimulem o resgate dos vínculos familiares e intrafamiliares; Incentivo ao desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para autonomia; Participação das atendidas nas ações do cotidiano no Centro de Acolhida e responsabilização pelo cuidado do espaço físico, Atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; Incentivo à organização de seus pertences, hábitos de higiene, cuidados pessoais e outros aprendizados.

**3: Aquisição dos Usuários:** Ser acolhido em suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades; Ter acesso a um ambiente acolhedor e espaços reservados a manutenção da privacidade de cada

pessoa acolhida e guarda de pertences pessoais; Ter sua identidade, integridade e história de vida preservadas; Ter acesso à documentação pessoal; Ter reparados ou minimizados os danos por rompimento de vínculos familiares e intra familiar; Ter acesso à rede socioassistencial, benefícios, BPC e programas de transferência de renda; Ter acesso aos serviços das demais políticas públicas; Ter ganhos em autonomia, protagonismo e condições de bem estar; Ter oportunidade de avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões e reivindicações; Conhecer seus direitos e como acessá-los; Ter acesso a experiências para relacionar-se e conviver em grupo; Ter endereço institucional como referência; Receber atendimento profissional para poder construir projetos pessoais e sociais e desenvolver autoestima.

**4: Provisões Institucionais Físicas e Materiais:** Fornecimento de alimentação composta de refeições completas com padrões nutricionais adequados às diferentes faixas etárias atendidas e condições de saúde; Oferecimento de banho e higiene pessoal; Oferecimento de lavagem e secagem de roupa; Salas de atendimento individualizado; Salas de atividades coletivas e comunitárias, Cozinha, despensa e refeitório; Banheiros com chuveiros e instalações sanitárias; Lavanderia; Almoxarifado; Quartos/Alojamentos; Espaço para guarda de pertences e de documentos; Espaço de estar e convívio; Espaços com: Iluminação e ventilação adequadas, limpeza e conservação e acessibilidade em todos os ambientes; Banco de Dados de pessoas adultas em situação de rua –SISRUA; Atualização diária do SISRUA; Computador com configuração que comporte sistemas de dados e provedor de internet de banda larga; Banco de Dados de seus usuários e da rede de serviços do território.

#### **Casa de Apoio Brenda Lee:**

Nascida Cícero Caetano Leonardo, Brenda chegou a São Paulo aos 14 anos e tornou-se figura conhecida e festejada do bairro do Bixiga. Comprou uma casa nesse bairro em 1984 e posteriormente criou a Casa de Apoio Brenda Lee para abrigar pessoas vivendo com HIV, travestis e transexuais, que eram rejeitadas por seus familiares. A casa começou com três pessoas ainda no ano de sua compra, mas a instituição foi oficializada em 1992.

No dia 28 de maio de 1996, Brenda foi brutalmente assassinada. Brenda era considerada o “anjo da guarda das travestis” e tinha como objetivo acolher a todos, vivendo com HIV AIDS.

O trabalho de Brenda tornou um referencial e um marco importante na cidade de São Paulo. Tanto que o prêmio brasileiro para aqueles que defendem os direitos Humanos foi intitulado “Prêmio Brenda Lee de Direitos Humanos”.

Sobre a trajetória da primeira casa de apoio para travestis e transexuais de São Paulo em visitas e diálogos com a diretoria executiva, e com objetivo de trazer consistência a essa pesquisa, a mesma afirma que:

- Em 1984 - Palácio das Princesas - a pensão de Caetana/Brenda - abrigava cerca de 40 pessoas vivendo com HIV AIDS. E a Secretaria de Estado de Saúde prestava, informalmente, assistência medicamentosa e orientação/capacitação quando aos cuidados de enfermagem a serem dispensados aos doentes.
- Em 1985 é organizada a Casa de Apoio Brenda Lee como uma associação de direito civil sem fins lucrativos.
- 1988 a Casa de Apoio Brenda Lee tornou-se a primeira instituição comunitária a celebrar contrato com instituição pública no enfrentamento da AIDS. É estabelecido o limite entre 28 ou 32 pacientes como capacidade máxima da instituição. O acolhimento é indiscriminado: travestis, gays, HSH<sup>12</sup>. A todas essas pessoas, Brenda Lee acolhe com cuidado e afeto infindos. Voluntárias se apresentam para colaborar - tanto da comunidade trans quanto de fora.
- Ainda em 1988, o antigo Palácio das Princesas, já com a denominação oficial de Casa de Apoio Brenda Lee celebra convênio com o estado, por e passa a receber além de recursos financeiros, assistência e orientação

---

<sup>12</sup> HSH é o termo abreviado de Homens que fazem sexo com homens. O termo foi criado na década de 1990 por epidemiologistas, com o objetivo de estudar a propagação de doenças sexualmente transmissíveis (ou infecções sexualmente transmissíveis) entre os homens que fazem sexo com homens, independentemente da identidade sexual

técnica, a Casa passa a contar também com uma Supervisão Técnica e começa a contratar Auxiliares de Enfermagem.

- Em 1992 a Casa de Apoio Brenda Lee é formal e juridicamente constituída. Sua Ata de Fundação é registrada no 5º Ofício do Registro de Títulos e Documentos de São Paulo, sob o nº 12.864. E a Brenda Lee figura como sua Presidente vitalícia.
- 1998 – Instituído pelo Programa Estadual DST/AIDS do Estado de São Paulo o prêmio Brenda Lee. Prêmio concedido a cada cinco anos, e dividido em cinco categorias. As categorias do Prêmio Brenda Lee são: 1. Assistência (profissionais da saúde que se destacaram na atenção e cuidado as PVHIV ao longo da epidemia); 2. Direitos Humanos (profissionais e ativistas que defenderam causas relacionadas aos direitos das PVHIV); 3. Gestão em Saúde/Resposta Municipal a epidemia (gestores com compromisso e desempenho diferenciados no campo da AIDS nos últimos 30 anos); 4. Organização Não Governamental (ONG exemplar em atuação, criatividade e sustentabilidade) e 5. Políticas Públicas (Gestores que inovaram no campo das políticas públicas para DST/HIV/AIDS).
- Novembro de 2001 – O Centro de Referência e Treinamento em DST/Aids – (CRT-DST/Aids), oficialmente divulga a criação da supervisão técnica, cabendo ao Centro de Referência e Treinamento da AIDS, através de uma equipe multiprofissional, composta de médicos, enfermeiros e assistentes sociais, efetuar visitas periódicas à Casa.
- Outubro de 2003 – A Casa passa por uma reformulação no convênio mantido com a Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo e passa a ter, no máximo, 26 moradores, de acordo com as regras estabelecidas pela Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo.
- Janeiro de 2016 - Renovação do convenio de convênio mantido com a Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo. E a Casa passa a ter, no máximo, 26 moradores, de acordo com as regras estabelecidas pela Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo.
- 2016/2017 – Estabelece parceria para o desenvolvimento de ações na Proteção Social Básica nas Subprefeituras da Zona Leste. A convite da

coordenação do Centro de Cidadania LGBT Laura Vermont, Sr. Francisco Sales (Salette Campari), a Casa Brenda Lee inicia um trabalho de sensibilização da Rede Socioassistencial para o atendimento humanizado de travestis e transexuais.

- 2016 – A Casa Brenda Lee participou ativamente dos eventos de promoção de direitos humanos, o conhecido Dia de Cidadania LGBT realizados no Distrito de São Mateus, Tatuapé e São Miguel Paulista.
- 2016 – A Casa Brenda Lee participou sensibilização dos profissionais da Supervisão de Assistência Social Cidade Tiradentes, São Miguel, Itaquera e Penha.
- 2016 – Realiza a Primeira Parada LGBT de São Miguel Paulista. O objetivo deste evento é a promoção de direitos para a população LGBT da Zona Leste. O evento atrai cerca de 500 pessoas. Ao som de muita música e o fantástico colorido dessa comunidade que ao mesmo tempo sofre com preconceito e discriminação, mas é feliz por ser um sujeito de direito.
- 2017 – Realiza a Segunda Parada LGBT de São Miguel Paulista. O objetivo deste evento é a promoção de direitos para a população LGBT da Zona Leste. O evento atrai cerca de 2.500 pessoas. Neste ato, a Casa Brenda Lee reafirma sua atuação na Proteção Social Básica, ofertando aos participantes deste evento momentos de reflexões sobre seus direitos sociais. O evento contou com a participação de profissionais para orientações sobre os Programas de Transferências de Renda e demais benefícios sociais. Os profissionais realizaram orientação para o atendimento nos Centros de Referência da Assistência Social referenciado por Supervisão de Assistência Social.

Nesse sentido, após apresentarmos essa caracterização dos espaços de pesquisa, entendemos que que tal espaço apresenta para a sujeitas aqui pesquisadas, um espaço de sociabilidade e que de alguma forma, representa oportunidade e a alternativa de vivenciar novas experiências que as coloque numa outra perspectiva que não seja a de violência conforme vemos no gráfico abaixo com os dados coletados:



ARANHA, 2023. *Violência Econômica e Extra Econômica: Uma análise das violências contra Travestis e Transexuais na Cidade de São Paulo.*

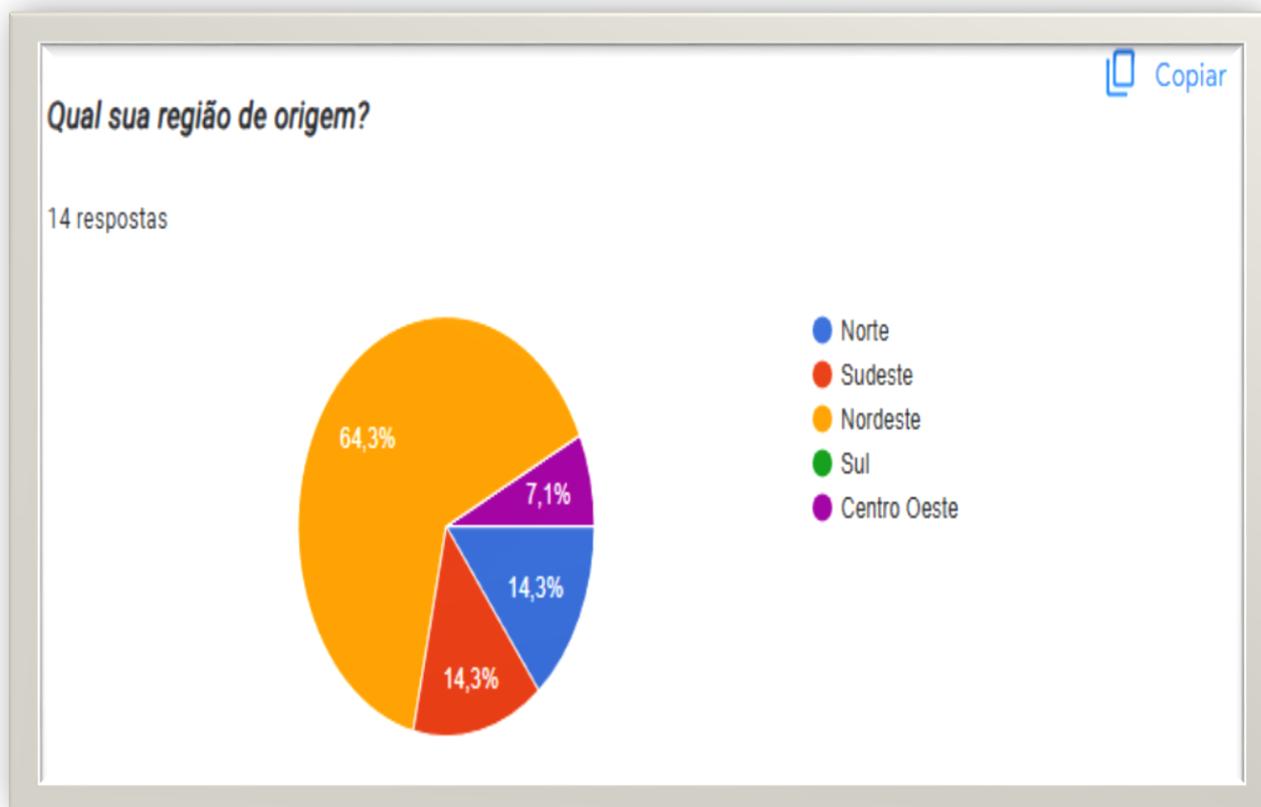
Ou seja, nesse sentido, quando é perguntado para as sujeitas dessa pesquisa o que o Centro de acolhida representa para elas, 42,9% entendem que essa é uma oportunidade de vivenciar novas experiências que fujam do contexto de violência.

### 3.2. “EU SÓ QUERIA SOBREVIVER COM DIGNIDADE EM SÃO PAULO” Os achados da pesquisa a partir das respostas das sujeitas pesquisadas

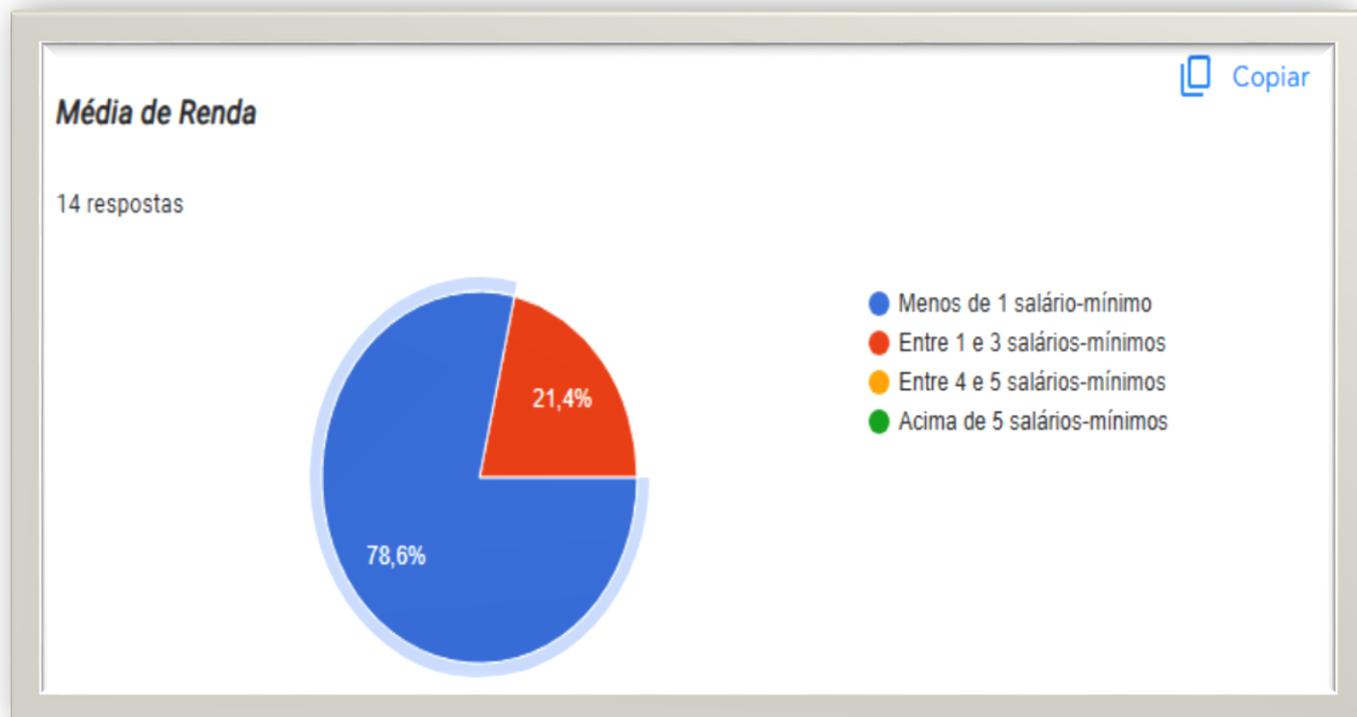
Os achados desta pesquisa revelam que em São Paulo existe um processo e que é complexo onde ao mesmo tempo que acolhe a população LGBTQIAPN+, vai se excluindo tal população de algumas vivências cotidianas como veremos mais abaixo nos gráficos que evidenciam os achados dessa pesquisa.

Sobre a questão da região de origem, podemos observar que 76,9%, são pessoas travestis e trans não nasceram em São Paulo

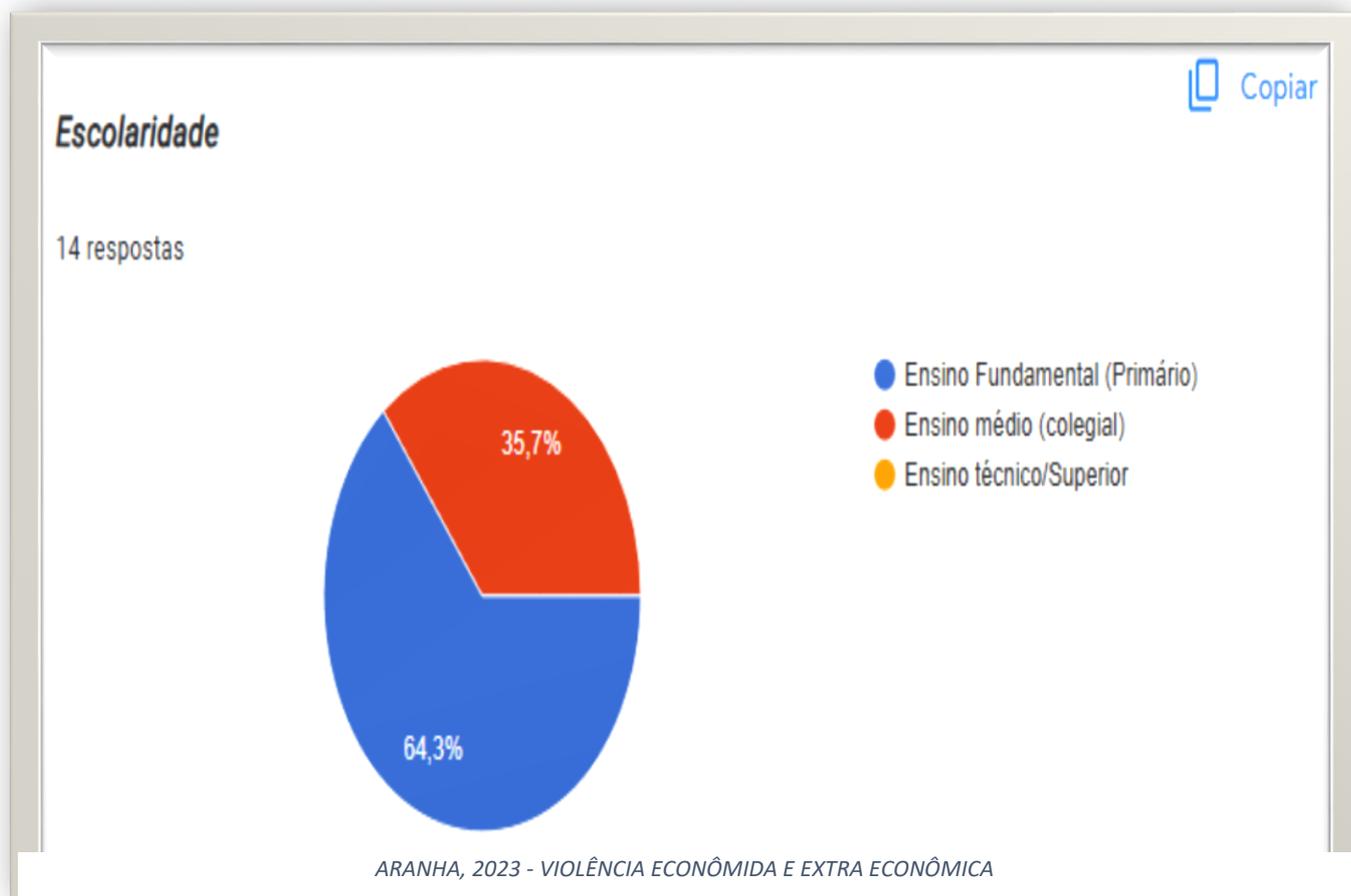
E nesse sentido, com objetivo de entender e detalhar melhor as regiões de origem das sujeitas dessa pesquisa, percebemos que 64,3% corresponde originalmente da região nordeste, como veremos no gráfico mais abaixo:



Assim, podemos observar ainda que ao chegar em São Paulo em busca de oportunidades, acabam sendo excluídas e vivendo com trabalho informal e renda abaixo de 1 salário mínimo, como vemos no gráfico abaixo:



Nesse sentido, percebemos ainda que a questão da escolaridade é um fator importante, para se justificar a desigualdade de pessoas trans do mercado de trabalho, porém precisamos levar em consideração ainda que nesse sentido de violência econômica e extra econômica, travestis e transexuais são excluídas do ambiente escolar ainda na infância como vemos no gráfico abaixo:

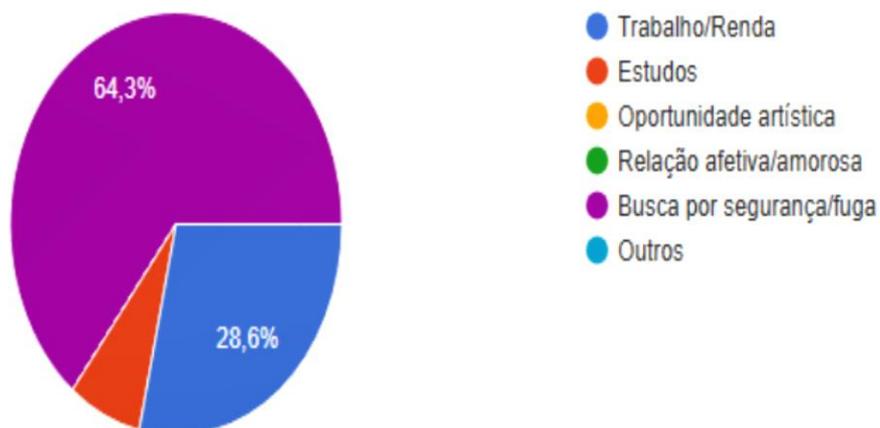


Ainda nesse contexto de violência, outro fator que nos chama atenção durante a pesquisa, é que travestis e transexuais que vieram de outros estados para São Paulo, afirmam terem vindo em busca de oportunidades, mas principalmente por segurança como mostram os gráficos a seguir, mas a realidade ao chegar é completamente fora do que esperavam, ao sair de seus locais de origem

### O que te trouxe a São Paulo?

[Copiar](#)

14 respostas

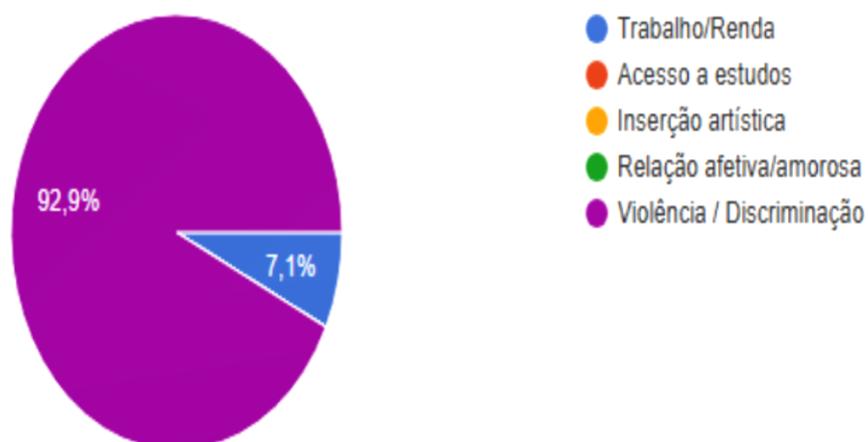


ARANHA 2023 - PESQUISA, VIOLÊNCIA ECONÔMICA E EXTRA ECONÔMICA

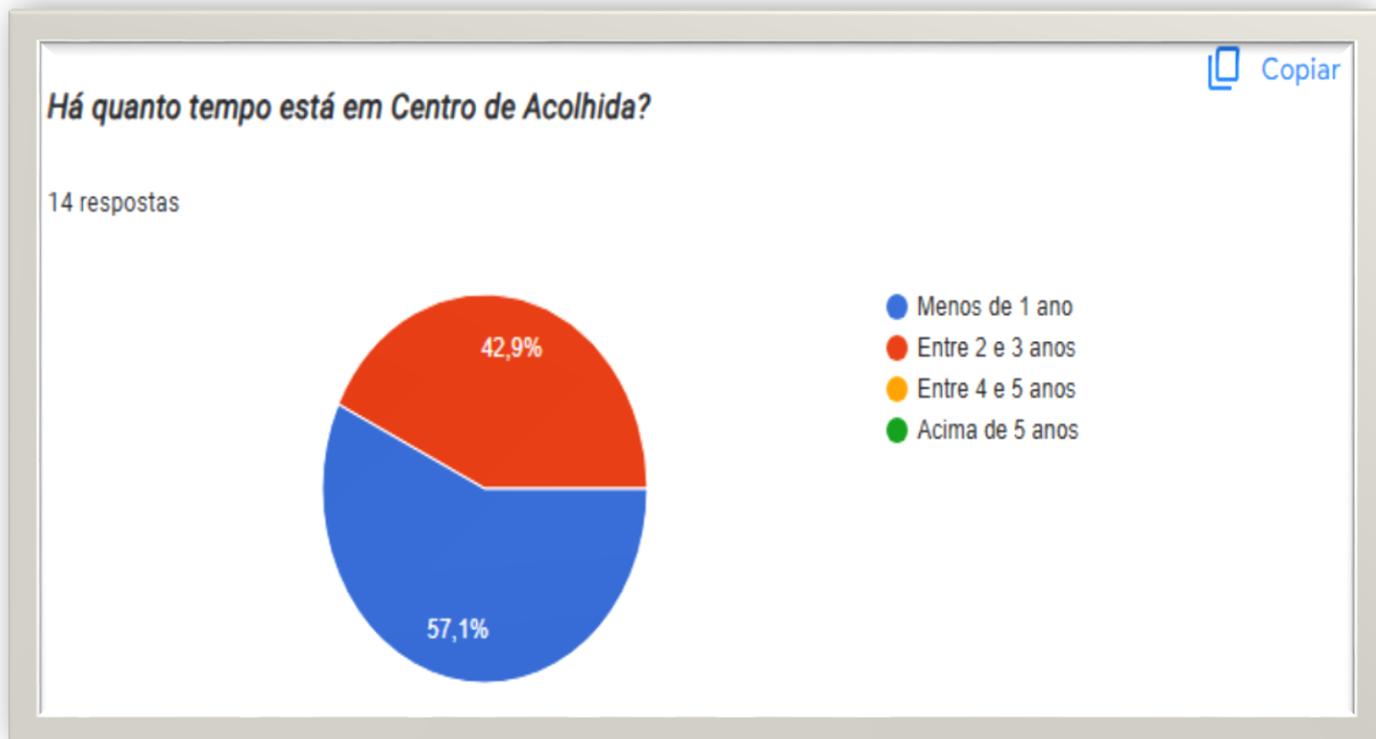
### O que encontrou ao chegar em São Paulo?

[Copiar](#)

14 respostas



É nesse contexto que ao chegarem em São Paulo e se depararem com a diversas expressões de violência que 100% das pessoas pesquisadas encontram-se em centro de acolhida há aproximadamente 3 anos, como nos mostra o gráfico abaixo:



*“A rua é mundo cão. É faca, navalha.  
É a cara da morte a todo momento.  
Vacilou, um passo em falso, um erro, no ponto.  
Uma falha um retalho, remato sangrento.*

*Na rua não tem paz pra mim ou pra mana.  
A polícia, o cliente, o tráfico, o ocó.  
Eu vivo numa selva urbana, insana.*

*É a cidade inteira que quer me matar!  
Você não duraria nem ao menos 10 minutos,  
se estivesse em minha pele pelas ruas da cidade.  
Você não duraria...”*

*Trecho do Musical Brenda Lee e o Palácio das Princesas<sup>13</sup>*

<sup>13</sup> Musical conta a história de Brenda Lee, disponível em [Musical “Brenda Lee e O Palácio Das Princesas”, no Youtube \(canseidserpop.com\)](https://www.youtube.com/watch?v=canseidserpop.com)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Conheci a violência quando meu pai me colocou para fora de casa aos 14 anos de idade e precisei morar em casa de cafetina. Minha família virou as costas pra mim”. (CAMILY, 2023).*

Abrimos essas considerações com uma fala coletada durante a pesquisa e que deixa evidente a importância de falar e discutir sobre a questão das violências contra travestis e transexuais que conforme afirma Camily, teve contato com formas dessa violência ainda na infância.

Ao chegarmos às considerações finais, podemos perceber que muitas questões movimentaram e ainda movimentam os caminhos por esta pesquisa. Os resultados que obtivemos nas pesquisas apresenta diversas complexidades e inúmeras incertezas no que se refere a questão da questão sobre a população LGBTQIAPN+ e ao longo desse processo nos permitem apontar que são muitos os pontos a serem problematizados e pesquisados sobre a violência em seu contexto econômico e extra econômico. E aqui podemos trazer como exemplo a questão das violências contra travestis e transexuais como Asheley que ainda na infância apresenta em sua fala a experiência, conforme segue:

*“A primeira vez que vivi a violência foi na infância. Eu não sabia o que estava acontecendo comigo e com o meu corpo, quando tentei conversar com meus familiares fui expulsa de casa e eu tinha 12 anos. Eu era uma criança foi aí que aprendi que seria eu sozinha na vida.” (ASHELEY, 2023).*

Nesse sentido, estas considerações finais caminham apontando, sobretudo, para a inconclusão de um processo, e que assim demonstra apenas alguns pontos e nós encontrados nas no tecer da violência econômica e que se

desdobra na violência extra econômica na cidade de São Paulo principalmente quando observamos pelo viés da população LGBTQIAPN+.

Vale ressaltar que com essa pesquisa não tivemos e não temos a pretensão de fechar todas as possibilidades sobre a problemática analisada, mas buscamos dialogar com as reflexões sobre a violência econômica e extra econômica que é vista na cidade de São Paulo.

A pesquisa movimentada pela metodologia desenvolvida nos permitiu fazer escolhas importantes, centralizando nossas atenções nas questões que foram apresentadas pelas sujeitas da pesquisa, que vivem, constroem, problematizam suas experiências a partir das violências vividas.

O tema aqui estudado, podemos dizer que se mostrou desafiante durante todo o percurso, e para além disso consideramos instigante, de modo que no encontro geral, visitas realizadas ao local de pesquisa, os diálogos e as análises foram ganhando vida e sentido sobre todo o aporte teórico que referenciou nossa pesquisa desde os primeiros dias.

Quando falamos do sentido instigante da pesquisa, isso se mostra a cada resposta que recebíamos das sujeitas da pesquisa, nesse sentido, a cada resposta, novos questionamentos surgiam, e com cada questionamento, novas vontades políticas e de pesquisa, o que posso dizer que essa trajetória fortaleceu ainda mais o nosso papel de assistente social pesquisador na busca pela compreensão da realidade aqui apresentada sobre o processo de violências contra travestis e transexuais na cidade de São Paulo.

Os resultados dessa dissertação, acima de tudo, nos dimensionam a certeza de que é preciso continuar acreditando, lutando e validando os valores democráticos do projeto ético-político do serviço social brasileiro, na defesa intransigente da liberdade e das demandas políticas a ela inerentes, ampliação e consolidação da cidadania, posicionamento em favor da equidade e justiça social, empenho na eliminação de todas as formas de preconceito.

Podemos dizer então que as tramas da violência extra econômica no que tange a população de travestis e transexuais, principalmente em se tratando de uma sociedade capitalista que foram revelados nesta pesquisa,

apontam para a importância de outros estudos, provocam a demanda de outras pesquisas em diversos vieses no que diz respeito a diversidade sexual. Afinal, se queremos conhecer de fato a violência em seu contexto econômico e suas dinâmicas, é imprescindível que possamos conhecer as relações que se dão e como se dão, em um processo dialético dessas relações.

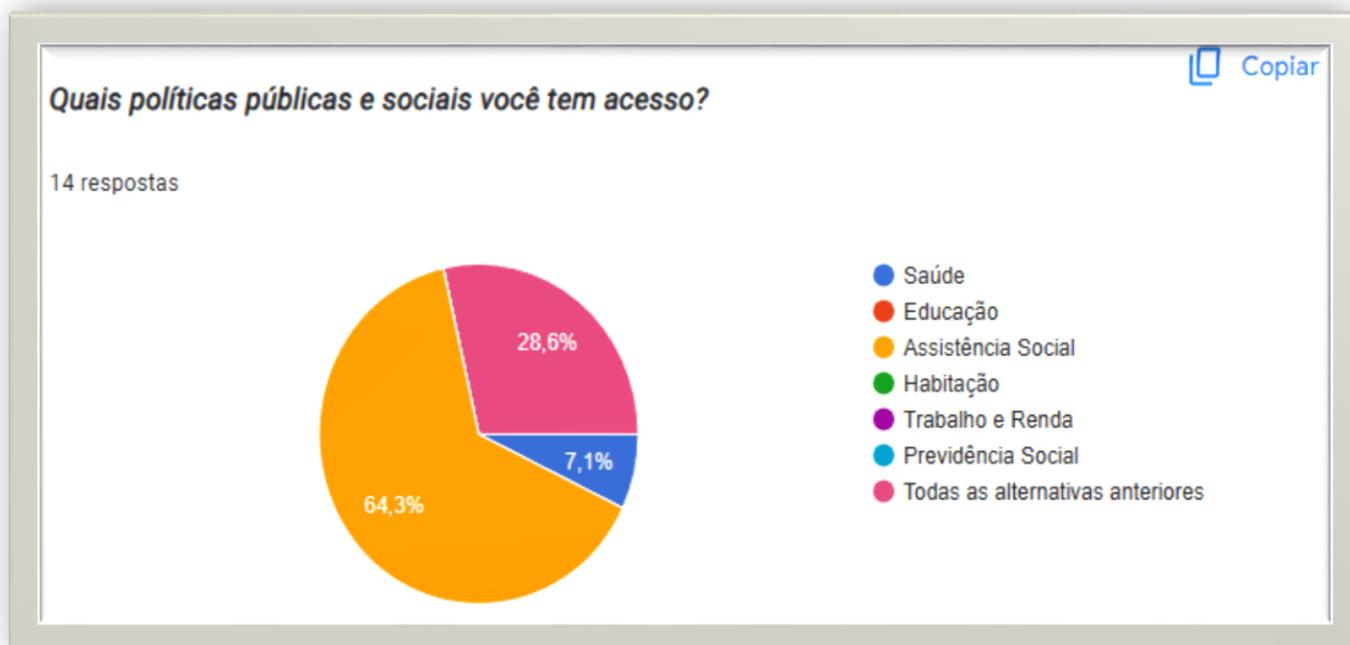
Podemos afirmar nesse sentido que a violência econômica nos moldes das tramas capitalistas mostra-se alicerçada pela lógica de concentração e produção de lucros e, em contraponto, a sociabilidade e dignidade humana perde parte de seu sentido coletivo, passando a ser regida pelo modo capitalista de pensar e produzir as relações sociais.

Os achados desta pesquisa revelam que em São Paulo este processo torna-se ainda mais complexo, dados os processos exploratórios e desiguais da formação da sociedade, que em nenhum momento respeitaram seus nativos e, nem posteriormente, a classe trabalhadora.

É com base nesse processo histórico pautado em modelos desiguais, excludentes e de segregação que a população LGBTQIAPN+ sustentam-se tal como são hoje, isto é, precários, vulneráveis e atrelados à lógica da violência econômica que resulta nas violências extra econômicas que vimos ao longo dessa pesquisa. Fazendo com que pessoas trans vejam a rua com diversos significados. Como podemos observar no gráfico abaixo, onde a violência, o medo, a invisibilidade aparecem, mas também em alguns casos como oportunidade



Consideramos que esta pesquisa nos mostrou também a relação que se dá entre a violência extra econômica e a questão das políticas públicas, e nesse sentido observamos no gráfico abaixo que o acesso as políticas geralmente se dão de forma fragmentada, o que impacta diretamente nas vivências, econômicas, culturais, sociais e políticas de nossa sociedade.



ARANHA, 2023 - VIOLÊNCIA ECONÔMICA E EXTRA ECONÔMICA

É neste sentido e por tudo que aqui foi apresentado que podemos afirmar que o estigma e a discriminação contra pessoas travestis e transexuais são reais e profundos em todo o mundo e fazem parte de um círculo estrutural e contínuo de opressão que nos mantém afastados de nossos direitos básicos.

Importante ressaltar ainda nessas considerações que as pessoas travestis e transexuais, em todas as partes do mundo, são vítimas de uma terrível violência de ódio, incluindo humilhações, agressões físicas e sexuais e assassinatos. Na maioria dos países, os dados sobre a violência contra pessoas trans não são produzidos sistematicamente pelos Estados, sendo, desta forma, impossível certificar o número exato de casos.

Observamos ainda durante o processo de pesquisa diversas violações de direitos humanos e dos tratados internacionais cometidas pelo governo brasileiro que vem sendo denunciadas por instituições de direitos humanos no

tocante ao cotidiano das pessoas trans, sob a perspectiva de políticas anti-gênero.

Políticas estas que vêm sendo implementadas em uma agenda crescente ao redor do mundo, onde o Brasil se destaca por ser um dos países que assume publicamente posição ao lado de países como a Polônia, Hungria, Rússia e o Reino Unido, este último que passou a ser incluído com um país com grande disseminação de ódio transfóbico nas redes sociais.

Assim, nas especificidades de nossa pesquisa, observamos que a cidade de São Paulo está afiançada pela luta, pela percepção da vida como guerra, onde muitos sujeitos movimentam-se e se “viram” como podem para conseguir reproduzir a sobrevivência de si mesmo sendo uma das mais violentas no sentido da LGBTQIAPN+fobia

Interessante perceber que viver sob esse constante jogo de relações também é assustador, pois provoca o sofrimento de uma vivência que deve ser cuidadosa, restrita, polida e ousada quando é possível.

As práticas dessas mulheres trans e suas experiências de vida trazem à tona sociabilidades marcadas pela pobreza, violência e principalmente pela luta como marca indissociável de resistência de vida na cidade de São Paulo.

Algo que podemos observar ainda é que a influência religiosa junto ao estado se agrava em momentos de crise e faz crescer um forte sentimento conservador com ideais misóginos, machistas e LGBTIfóbicos, promovendo ataques a democracia, ameaças ao estado laico, enfraquecimento de políticas sociais e de apoio ao trabalhador. Contribuindo de forma direta para o cenário distópico que temos vivenciado e colocando mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+ em risco aumentado de violências, como evidenciado por toda essa pesquisa e pelas organizações de direitos humanos com seus dados produzidos sobre intensa violência contra os defensores de direitos humanos e de proteção a grupos minorizados.

Desse modo, a pesquisa favoreceu compreender nitidamente o processo de vivência de das sujeitas a partir da relação com suas identidades, ficando

claro as experiências de vida são saturadas de relações sociais, de condicionantes econômicos, políticos e culturais.

Não podemos deixar de citar nessas considerações que essa pesquisa foi realizada no período em que no Brasil passava por um projeto de governo autoritário, patriarcal, negacionista, anti-científico, anti-direitos humanos, anti-gênero, anti-LGBTQIAPN+ e coloca um desafio ainda maior quando vemos o aparelhamento das instituições do estado, o fortalecimento de correntes alinhadas com ideologias fascistas que unem a base bolsonarista no executivo e no legislativo, nos estados e municípios consolidando-se como um dos piores cenários para a democracia e especialmente para as pessoas LGBTQIA+.

Contudo, consideramos que é urgente traçar estratégias de fortalecimento das instituições de luta pelos direitos das pessoas LGBTQIAPN+, a proteção de defensores de direitos humanos, e pela garantia da sobrevivência de população LGBTQIAPN+ em governos patriarcais, machistas e contrário aos direitos das mulheres e das pessoas LGBTQIAPN+. Sobretudo quando o país vive o maior êxodo populacional de sua história, com índices alarmantes de empobrecimento, desemprego, inflação e instabilidade econômica e política. Pois se torna muito difícil a luta contra a violência e às violações de direitos humanos quando estes vem sendo impactados por fatores sociais.

Os dados apresentados nessa pesquisa, além de denunciarem a violência, explicitam a necessidade de políticas públicas focadas na redução de homicídios contra pessoas trans, traçando um perfil sobre quem seriam estas pessoas que estão sofrendo violências a partir dos marcadores de idade, classe e contexto social, raça, gênero, além de outros fatores que colocam essa população como o principal grupo vitimado pelas mortes violentas intencionais no Brasil.

E mais do que nunca, precisamos estar conectados às dinâmicas que nos colocam mais próximos da vida real de pessoas LGBTQIAPN+ e de suas relações sociais, pois ao refletir sobre as dinâmicas da vida, estamos refletindo sobre a eliminação de todas as formas de preconceitos e opressão como

previsto em um dos princípios fundamentais do código de ética da/o Assistente Social, conforme apresentamos como finalização desta pesquisa:

VI- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças (código de ética das/os assistentes sociais, 1993).

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Ana R.; VITALE, M. Amália. **Família: redes, laços e políticas públicas**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ALMEIDA, Guilherme. Notas preliminares sobre a produção acadêmica dos assistentes sociais sobre temas associados a direitos sexuais e direitos reprodutivos. In: Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS 2010). Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_.; RIBEIRO, A.P.; SALVADOR, E. F. Gota de óleo numa balde d'água [Entrevista com Majorie Marchi]. In: Em Pauta. Nº 28. Diversidade sexual e de gênero. Revista da FSS/UERJ. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

\_\_\_\_\_. "Homens trans": novos matizes na aquarela das masculinidades? Estudos Feministas. Florianópolis, maio/agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. O trabalho profissional do serviço social e o cotidiano de pessoas transgêneros: discutindo algumas interseções. In: CFESS. Revista Inscrita nº 14. Dossiê temático Serviço social contra a violação de direitos. Brasília: CFESS, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. Boitempo Editorial, 2020.

ANUNCIAÇÃO, Diana; TRAD, Leny Alves Bonfim; FERREIRA, Tiago. "Mão na cabeça!": abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. **Saúde e Sociedade**, v. 29, 2020.

ANTRA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas Trans em 2020**. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em 10 ago. 2022

ARAGUSUKU, Henrique Araújo; LOPES, Moisés. Preconceito, Discriminação e Cidadania LGBT ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste, 2016.  
<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/3853>.  
Acesso em 20 ago. 2021

BARROCO, Maria Lucia Silva. Ontologia Social e Reflexão Ética. Tese de Doutorado, São Paulo: PUC – SP, 1996.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2008.

BARROSO, Milena Fernandes et al. “**O começo do fim do mundo**”: violência estrutural contra mulheres no contexto da hidrelétrica de Belo Monte. 2018.

BEHRING, Eliane Rosseti. Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. Política Social – Módulo 03. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília: CEFESS/ ABEPSS/ CEAD-UNB, 1999.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundo público, exploração e expropriações no capitalismo em crise. **Expropriação e Direitos no capitalismo. BOSCHETTI, I.(ORG). São Paulo: Cortez, 2018.**

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

\_\_\_\_\_. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. Revista Contemporânea. V.4, n.1, p. 165-182. Jan/jun, 2014. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197>. Acesso em: Ago/2021.

\_\_\_\_\_. O que é transexualidade. – São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (ORGs) Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020

BENEVIDES, Bruna G. NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020 /–** São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021  
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Governo Federal, 1988.

BITTENCOURT, Renato Nunes. Violência estrutural e necessidade de resistência social. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 20, n. 226, p. 206-212, 2021.

BOGADO, Aslan Rodrigues Nascimento. A violência sob a ótica do telejornalismo polialesco no Brasil. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Dissertação de Mestrado) São Paulo. 2015

BONASSI, B.C. et al. (2015). Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. Quaderns de Psicologia, 17(3), 83-98. de <http://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v17-n3-camillo-dossantos-filgueiras-et-al/1283-pdf-pt>

BRASIL, J. **História da prostituição em A Questão Sexual**. Acessado dia 15/08/2022 14h26min.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/MS Sobre Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo seres humanos. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/> <http://www.presidencia.gov.br/> Acesso em: 02 abril 2011

CASSAB, Latif A. **História oral: metodologia de pesquisa qualitativa**. Revista Serviço Social Hospitalar. São Paulo: Coordenadoria de Atividades do Serviço Social do Hospital das Clínicas - FMUSP. v. 6- 7, 1999/2000.

COUTINHO, G. **Código de ética das Travestis Profissionais do Sexo**. Postado 11 de fevereiro de 2011- acessado dia 23/09/2011 00h32min. <http://www.doistercos.com.br/ggb-elabora-código-de-ética-das-travestis-profissionais-do-sexo/>

CHAUI, Marilena. **Sobre a violência**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2018

CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2004.

CHAUI, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. 6ª ed.- Petrópolis- RJ. Editora Vozes, 2017.

DOURADO, Adalberto Davi Cruz Moitinho. ET AL. **Pandemia da Covid-19: A Vulnerabilidade Social das Pessoas Trans e Travestis a Luz da Teoria Queer**. Universidade Tiradentes, Aracaju, Seminário Nacional de Sociologia - Distopias dos Extremos: Sociologias Necessárias.

DUARTE, M. J. C. (2020). **Vidas precárias e LGBTQIfobia no contexto da pandemia: a necropolítica das sexualidades dissidentes** »

[https://www.apesif.org.br/wp-content/uploads/LGBT\\_Convid\\_19\\_APES-1.pdf](https://www.apesif.org.br/wp-content/uploads/LGBT_Convid_19_APES-1.pdf).

Acesso em 20 ago. 2021

FEDERICI, S. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. 2004. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4196118/mod\\_resource/content/1/Federici%2C%20S.%20%282004%29.%20Caliba%20e%20a%20bruxa%20mulheres%2C%20corpo%20e%20acumula%C3%A7%C3%A3o%20primitiva.%20Cap%C3%ADtulo%20IV.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4196118/mod_resource/content/1/Federici%2C%20S.%20%282004%29.%20Caliba%20e%20a%20bruxa%20mulheres%2C%20corpo%20e%20acumula%C3%A7%C3%A3o%20primitiva.%20Cap%C3%ADtulo%20IV.pdf)

FEDERICI, S. El patriarcado del salario: críticas feministas al marxismo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.

FERREIRA, G. G. Travestis e prisões: a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere. 2014. 144f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FREDERICO, Celso. O jovem Marx: 1843-1844 as origens da ontologia do ser social. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

IASI, Mauro Luis. Meta Amor Fases: coletânea de poemas. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

IANNI, Octávio. A ideia de Brasil Moderno. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IANNI, Octávio. Capitalismo, violência e terrorismo. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2004.

YAZBECK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo IV, ABEPSS/CFESS/CEAD-UnB, 1999.

\_\_\_\_\_. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social. Revista Temporalis. n. 3. (p.33-40) Brasília: ABEPSS, 2001

KOGA, Dirce. Cidades entre territórios de vida e territórios vividos. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XXIII, nº. 72, novembro de 2002.

KOGA, Dirce. RAMOS, Frederico. Trajetórias de vida: desafios da pesquisa sociourbanística e contribuição para a gestão pública. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XXXI, nº. 106, junho de 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Os métodos na pesquisa: a pesquisa qualitativa. In: *Temporalis*. Recife: Editora Universitária da UFPE, ano V, n. 9, jun. 2005.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social. In: Martinelli, Maria Lúcia. (org.). *Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 1999.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Grijalbo, 1976.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paul: Cortez, 1991.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008

OLIVEIRA, Queli Foleis. *A violência contra crianças e adolescentes: suas expressões e os desafios no cotidiano do assistente social nas Varas de Família*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (Dissertação de Mestrado) São Paulo. 2020

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970 - 1980*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SILVA, M. A. *Meu nome é Geni: uma análise da experiência de travestis no sistema prisional capixaba*. 2018. 243f. (Mestrado em Política Social). Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

TREVISAN, J. S. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.